

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 21 DE SETEMBRO DE 2017

NÚMERO 7.172

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Nei A. Ascari
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
Serafim Venzon - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 085ª Sessão Ordinária realizada em 19/09/2017 2 Ata da 086ª Sessão Ordinária realizada em 20/09/2017 4 Ata da 007ª Sessão Extraordinária realizada em 20/09/2017 6</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 7 Ato da Mesa DL 8</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 8 Aviso de Resultado 18 Lei 19 Medida Provisória 19 Portaria 20 Projetos de Lei 20 Redações Finais 22</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck
Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Notícia a comemoração da Semana Nacional do Trânsito entre os dias 18/09/2017 a 24/09/2017, utilizando-se de slides para ilustrar a divulgação de dados oficiais e tabelas sobre a drástica situação do trânsito no país, além do objetivo de fazer uma campanha educativa para diminuir os índices de acidentes de trânsito em Santa Catarina e no Brasil.

Informa que apresentará uma moção dirigida à Conferência Nacional de Bispos do Brasil, CNBB, sugerindo o tema segurança ou a paz no trânsito para a Campanha da Fraternidade de 2019, como forma de alertar a população em geral da necessidade da educação para evitar trágicos acidentes. Por fim, mostrar-se a favor da eficiente fiscalização, bem como da conservação das estradas. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon por trazer tema relativo aos acidentes de trânsito, que estão ceifando vidas e interrompendo o sonho de muitas famílias. Entende que só a prevenção pode impedir o aumento do número de casos, e ela deve começar com os jovens, nas escolas, alertando quanto aos males do consumo de drogas e álcool, ainda mais com a condução de veículos, e também o uso indevido do celular.

Comenta que, nas emergências dos hospitais, a maioria dos atendimentos é para pessoas que se acidentaram no trânsito, e levando-se em consideração o aumento da população e do número de veículos, é urgente que se faça um planejamento para a futura demanda, e ações que venham a diminuir estes números. Argumenta, também, que os atendimentos deveriam acontecer fora da ilha, para evitar o gargalo das pontes, ressaltando que a Grande Florianópolis gasta 70% do orçamento da Saúde do estado. Destaca que é preciso mudar esta situação, esclarecendo que o município deve arcar com os procedimentos de

pequena e média complexidade, pois hoje a verba do SUS não consegue atender todos os catarinenses.

Registra que no mês de outubro será implantada a lei que dá transparência às filas de espera para consultas, exames e cirurgias, proporcionando maior transparência e dando aos pacientes a possibilidade de saber a data do seu atendimento.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Cumprimenta pelo tema pertinente, e considera que seria importante que os atendimentos fossem feitos também no interior, evitando assim a ambulancioterapia. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Aborda a violência nas escolas, mostrando índices estaremcedores que mostram a gravidade da questão no país, resultado da perda dos valores e princípios que simbolizam uma sociedade civilizada. Comenta fato ocorrido em Indaial, em que uma professora foi agredida por um aluno de 15 anos dentro de um colégio estadual, que entende ser reflexo da violência generalizada que tomou conta do Brasil. Espera ações emergentes e enérgicas do governo, bem como um investimento contínuo nos professores a fim de resgatarmos o respeito ao próximo e visando atingir os objetivos do projeto pedagógico das instituições educacionais. [Taquígrafa: Cristiany]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)
- Fala sobre o Projeto de Lei n. 350/2017, do governo catarinense, que o autoriza a alongar dívida com a união com alteração do cálculo de parcelas a serem pagas, comentando que vai congelar os gastos do estado por dois anos, criticando o conteúdo, justificando que vai prejudicar e destruir o bem social do povo catarinense, como saúde, educação, segurança pública e salário dos servidores.

Acrescenta também que esta é a estratégia, a meta de Michel Temer, limitar gastos com as áreas prioritárias, a agricultura e as políticas públicas para a população, mas que vai distribuir para os banqueiros isenção de impostos, além de construir um estado forte para meia dúzia.

Finaliza afirmando que vai debater e discutir o projeto estadual na comissão de Constituição e Justiça da Casa, sobre a sua constitucionalidade e que vai continuar alertando e defendendo o povo de Santa Catarina. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - A Presidência suspende a sessão para que possa usar a tribuna a sra. Valquíria Schwarz, prefeita municipal de Santa Terezinha, acompanhada da rainha e princesas, para divulgar a Festa do Mel, a I Expofeira da Agricultura Familiar e o XXVI Aniversário de Emancipação Política do Município; sequencialmente, a Presidência, mantém a suspensão para que o sr. Márcio Pereira, vereador do município de Camboriú, faça sua manifestação a fim de explicar sobre demandas da cidade. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n.: 0016/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga; aos Projetos de Leis n.s.: 0223/2016, 0295/2017 e 0296/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0249/2016, de autoria do deputado Roberto Salum; e 0402/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Também, a Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Projeto de Resolução n. 0006/2017, de autoria da Mesa Diretora.

Igualmente, a Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0008/2016, 0189/2016 e 0699/2016, de autoria do Tribunal de Contas do estado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0332/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei n. 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, para dar nova denominação ao Projeto Espaço Alternativo, de Fraiburgo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0080/2017, de autoria do deputado João Amin, que acrescenta o art. 2º-A a Lei n. 16.719, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas festivas alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

A Presidência, acatando a solicitação do autor, retira a matéria de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0114/2017, de autoria da Mesa Diretora, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: José Nei Ascari e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0254/2017, de autoria do deputado José Nei Ascari e Darci de Matos, que dispõe sobre a transferência simbólica da capital do estado de Santa Catarina para o município de Itaiópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência consulta os srs. líderes a inclusão de duas proposições extrapauta, os Projeto de Leis n.s.: 0299/2017 e 0279/2017. (As lideranças aquiescem.)

Em continuidade, a Presidência, atendendo a solicitação do sr. deputado João Amin, reintegra a pauta da Ordem do Dia, o Projeto de lei n. 0080/2017.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0080/2017, de autoria do deputado João Amin, que acrescenta o art. 2º-A a Lei n. 16.719, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas festivas alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0299/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, que altera o anexo único da Lei n. 16.722/2015, que consolida as leis que conferem denominação aditiva aos municípios catarinenses para denominar o município de Videira como capital catarinense da uva e do espumante.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0279/2017, de autoria do deputado Silvío Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Tênis de Mesa, de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0101/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de Educação, solicitando informações acerca das salas de informática nas unidades escolares da rede pública estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0102/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações acerca da previsão para o repasse de recursos financeiros para o município de Canoinhas, de acordo com o Termo de Pactuação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências n. 002/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0103/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca do cumprimento da Lei Federal n. 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0104/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca da existência de vagas de médicos efetivos em aberto nos quadros do serviço público estadual, bem como sobre a realização de concurso para o preenchimento das mesmas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0105/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao governador do estado de Santa Catarina, solicitando informações a respeito da notícia repassada pela imprensa catarinense que "todos os helicópteros da PM (Florianópolis, Joinville e Lages) estão parados por falta de repasses do governo do Estado, bem como dois aviões da PM catarinense".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0169/2017, de autoria do deputado Romildo Titon, a ser enviada ao comandante-geral da Polícia Militar, manifestando aplausos por ato de bravura dos soldados: Lucas Machado e Thiago dos Santos Pacheco, do Regimento da Polícia Montada do município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n.0170/2017, de autoria do deputado Altair Silva, a ser enviada ao presidente da República, ao Ministro das Cidades, ao presidente da Caixa Econômica Federal e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando pela manutenção ou ampliação do teto estabelecido para o financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida

para os municípios com menos de 50 mil habitantes, bem como que seja mantida em no máximo 10% a contrapartida dos mutuários.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0171/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviada ao sargento da Polícia Militar Paulo Henrique Duarte, parabenizando-o pelos relevantes trabalhos prestados à sociedade catarinense, em especial ao município de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0172/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao soldado Alex da Silva, aplaudindo-o pelo ato de bravura

praticado quando da realização de traqueostomia em uma criança desfaledida.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0862/2017, 0864/2017 e 0866/2017 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0863/2017, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0864/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0865/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0867/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e, 0868/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0661/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0662/2017, de autoria do deputado Ricardo

Guidi; 0663/2017, de autoria do deputado Altair Silva; 0664/2017, de autoria do deputado Darci de Matos; 0665/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0666/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0667/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e, 0668/2017 e 0669/2017, de autoria do deputado João Amin.

A Presidência, acatando a solicitação do autor, sr. deputado Dirceu Dresch, retira de pauta a Indicação n. 0666/2017.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Silvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Passa à Explicação Pessoal e não havendo oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em homenagem à FAASC pela passagem dos seus 38 anos e suas associações. [Taquígrafa: Silvia].

ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

(Orador) - Alude a preocupante situação climática no estado de Santa Catarina, promovida pela longa estiagem de chuvas, afetando consideravelmente os rios do estado. Lamentavelmente, informa que a situação calamitosa da região sul e do país deve-se ao desmatamento da Amazônia, além do mau gerenciamento hídrico, falta de saneamento, fim das matas ciliares e pressão sob os mananciais.

Ressalta ainda que a referida estiagem promove escassez de abastecimento de água nos centros urbanos, representa prejuízo à agricultura familiar, camponesa e ao erário público que deixa de investir em políticas municipais, estaduais e federais para enfrentar questões que envolvem a precipitação de chuvas no estado catarinense e no Brasil.

Por fim, informa que no dia 10 de setembro, em Pescaria Brava, a Grande Romaria da Terra lançou o projeto Rios, encabeçado pela Regional Sul 4, da CNBB, com a participação da Assembleia Legislativa por meio do Fórum Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, e acrescenta que o referido projeto é pioneiro na Espanha, França e Portugal, visando desenvolver ações práticas de cuidado em relação aos rios para que na terra se tenha água em abundância e de qualidade. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comenta sobre as atividades relativas ao Setembro Verde, de incentivo a doação de órgãos, ressaltando a importância de tal gesto para renovar a esperança de uma vida melhor para muitas pessoas.

Também fala que, a atividade política e o olhar de jornalista o tem levado à reflexões sobre a quem interessa disseminar más notícias, promovendo um sentimento de caos na população.

Explica que não existe jornalismo neutro, ou imparcial, porque ao escolher qual depoimento publicar, não se publica o fato, mas sim a interpretação do mesmo, que foi dada pela pessoa entrevistada. Também destaca que não existe informação de graça, sempre haverá quem tenha algum interesse naquela informação.

Adverte que em tempos de redes sociais, aumenta a necessidade de o cidadão ter filtros para analisar notícias, fazendo uma triagem entre a verdade e a fantasia. Também destaca que ao implantar a ideia do caos, muitos estão lucrando com o medo e a insegurança das pessoas. Enfatiza a necessidade de separar as verdades daquilo que é fake, para que seja possível um julgamento acertado dos fatos. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Demonstra também preocupação com as estiagens no estado, enfatizando a necessidade de ampliação de políticas públicas no sentido de minimizar o prejuízo à agricultura catarinense em tais situações. Relembra a importância da substituição das redes monofásicas para trifásicas nas áreas rurais para ajudar os agricultores até na implantação de poços artesanais para a retirada de água.

Manifesta apoio aos funcionários da Assembleia Legislativa que estão sendo penalizados pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5441 do STF, no que tange a legalidade das chamadas agregações, retirando conquistas importantes e históricas da categoria. [Taquígrafa: Cristiani]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

(Oradora) - Aborda a questão sobre a municipalização do ensino em Santa Catarina, em que o governo estadual adota o termo "Plano de Ofertas Educacionais", e que significa transferir a responsabilidade do ensino do primeiro ao quinto ou até ao nono ano para os municípios.

Questiona o assunto, alertando os prefeitos, secretários de educação, pais e alunos, chamando atenção que estas escolas estão sucateadas, sem manutenção por parte da Secretaria de Educação Estadual, ou seja, não cumpriu com a sua responsabilidade e agora quer que as prefeituras assumam.

Finaliza alegando ser necessário ter cuidados, e observar o que está na Constituição, citando que no art. 211, § 2º, os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil, e no parágrafo 3º, os estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. Menciona que se esta mudança for efetuada, vai precarizar mais ainda o ensino catarinense, e que educação é questão séria. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PCDoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) -

Reporta-se ao tema que trata do feminicídio devido às ocorrências no país e os crescentes números no estado de Santa Catarina, demonstrando a cultura machista que ainda impera na sociedade brasileira. Relata caso recente ocorrido em Chapecó quando uma jovem foi brutalmente assassinada e o principal suspeito é o companheiro. Menciona a lei do feminicídio sancionada pela presidente da República, em 2015, como um gesto oficial de demonstração da importância da luta pela igualdade de gêneros e da intolerância da lei.

Salienta a necessidade de reflexão no ambiente Legislativo, uma vez que os homens são maioria, destacando a necessidade de discutir ideias de combate ao machismo e a misoginia. [Taquígrafa: Silvia]

Partido: PSD

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (Orador) -

No intento de ratificar sua indignação, já externada na semana anterior, apresenta uma moção de contrariedade e conclama apoio de seus pares pela aprovação de tal medida.

Fato este, se deve ao descumprimento do acordo firmado com o governo federal sobre a realização de obras operacionais na Barragem Norte José Boiteux, hoje ocupada pela comunidade indígena, colocando em risco a população do vale de Itajaí pela omissão de responsabilidade a eventuais tragédias provocadas por enchentes. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSD

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO (Orador) -

Fala sobre o prêmio que Santa Catarina, através do

governador Raimundo Colombo, recebeu em São Paulo, quando o Centro de Liderança Pública, em parceria com a Tendências Consultoria, levando em consideração dados oficiais do IBGE, do governo federal e do Tesouro Nacional, colocam Santa Catarina na segunda posição, como o estado que mais promove gestão pública no Brasil.

Destaca que o estado ocupava a sétima posição no cenário nacional e com muito empenho, mesmo com a crise nacional e a queda da arrecadação pública, conseguiu avançar em níveis importantes pelo trabalho de uma equipe comprometida, que se dedica de maneira responsável às finanças públicas catarinenses.

Ressalta que os índices não tratam apenas da questão financeira, mas também das políticas públicas que chegam até o cidadão, colocando o estado dentro dos melhores índices na segurança pública, infraestrutura, potencial de mercado e solidez fiscal, e na vanguarda quanto à responsabilidade social.

Afirma que o estado catarinense é um exemplo para o Brasil, porque busca eficiência pública, tratando o recurso público com muito zelo, e salienta que o governador Raimundo Colombo vem conduzindo muito bem o estado.

Deputado Jean Kuhlmann (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo assunto, pontuando que as pessoas gostam de falar das coisas negativas, calando-se quando os fatos são positivos. Refere-se também à reportagem da revista *Veja*, que mostra Santa Catarina como referência em saúde, desenvolvimento econômico e social, um estado bom para empreender e com a melhor qualidade de vida. Enaltece a eficiência da gestão de Raimundo Colombo, enfatizando o orgulho do povo em ser catarinense.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Declara ter recebido com muita satisfação os dados que comprovam a determinação, ousadia e gestão do governo Raimundo Colombo, parabenizando-o. Afirma que tem muitas preocupações com a Segurança e a Saúde, e ao traçar um paralelo com os demais estados tem certeza de que o governo está no caminho certo, e ainda vai avançar muito mais nas suas propostas. Registra, ainda, o Programa Reviver, de recuperação de dependentes químicos, inédito no país.

Deputado Darci de Matos (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo pronunciamento, repercutindo aquilo que a imprensa nacional constata, que Santa Catarina é um estado de excelência, tem as suas contas equilibradas e os melhores índices sociais, econômicos e de sustentabilidade do Brasil, fruto do espírito empreendedor do seu povo e da gestão empreendedora, visionária e correta do governador Raimundo Colombo. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Ressalta que Santa Catarina tem-se destacado por ser um estado que não tem aumentado impostos, onerando os cidadãos catarinenses, para fazer frente às despesas públicas, bem como não tem atrasado os salários. Lembra que, agora, com o Fundam, os municípios terão um apoio ainda maior para fazer frente às obras municipais.

Relata que esteve em encontro com lideranças no Paraguai na busca de uma alternativa para suprir a demanda de milho para a agroindústria de suínos e aves catarinenses, ressaltando a importância da rota do milho para diminuir a distância no transporte do produto, que sai do Paraguai, passa pela Argentina e entra no Brasil por Dionísio Cerqueira.

Também anuncia para o dia 28 de setembro uma audiência pública da comissão de Agricultura da Assembleia para tratar da importação do leite, que está afetando os produtores catarinenses.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo trabalho desenvolvido no sentido de resolver a questão do abastecimento de milho às agroindústrias do estado, porém lamenta a falta de uma política nacional claramente definida para apoiar o produtor catarinense. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Comenta que tem debatido muito na tribuna as questões relativas às contas públicas do estado, e

outras situações de determinados setores, principalmente o de preocupação maior que é a área da saúde pública catarinense, discordando de alguns deputados que afirmaram que Santa Catarina está com as contas equilibradas.

Justifica que quando faz críticas cumpre o seu papel, como representante da região serrana, do povo catarinense e como deputado estadual que deve fiscalizar e alertar sobre as contas do governo.

Entende que a situação financeira do atual governo estadual é preocupante, acrescentando que na solidez fiscal Santa Catarina caiu quatro posições, e está em 16º lugar, e no resultado nominal está em 19º, os números mostram que piorou, que está caminhando para fortalecer mais dívidas, em que, antecipa valores e posteriormente paga parcelado com juros altos.

Crítica o Fundam, o Fundo de Apoio aos Municípios, que também é um empréstimo que agrava mais a situação, mencionando que do ponto de vista de aplicação de recursos isto não é adequado.

Finaliza dizendo que é preciso debater as questões, que precisam ser públicas e transparentes, reconhecendo que tem muitas coisas positivas na administração estadual, defendendo uma proposta social, onde tem que haver prioridade e investimentos na saúde, na educação e na segurança pública. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0585/2017 de autoria de entidade social.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0114/2017, de autoria da Mesa, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0254/2017, de autoria dos deputados José Nei A. Ascari e Darci de Matos, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Santa Catarina para o município de Itaipópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0299/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que "Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses", para denominar o município de Videira a Capital Catarinense da Uva e do Espumante.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0076/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro (Faunamiga).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e Votação em Turno Único do Projeto de Lei n. 0164/2017, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a doação de imóvel no município de Guarujá do Sul. (desenvolvimento de atividades da educação infantil e do ensino fundamental)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0170/2017, de autoria do deputado Patrício Destro, que declara de utilidade pública a Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU), do município de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0223/2017, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Profª Rosa Maria Berezoski Demarchi, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0204/2016, de autoria do deputado Valmir Comin, que dispõe sobre a criação de seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil para atendimento de ocorrências envolvendo animais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Turismo e Meio Ambiente; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0345/2017, de autoria do deputado João Amin, que revoga a outorga da Medalha Anita Garibaldi concedida ao Senhor Geddel Vieira Lima.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: João Amin, Altair Silva, Darci de Matos, Fernando Coruja, Kennedy Nunes e José Milton Scheffer.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Neste momento a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária para as 16h19, dando prosseguimento a pauta da Ordem do Dia. *[Coordenadora Carla]*

ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 16h19, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Drevreck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Drevreck

Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - A Presidência, antes de dar início à Ordem do Dia, concede a palavra ao sr. deputado Fernando Coruja, por uma questão de ordem.

Na sequência, a Presidência passa à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0204/2016, de autoria do deputado Valmir Comin, que dispõe sobre a criação de seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil para atendimento de ocorrências envolvendo animais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Turismo e Meio Ambiente; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0345/2017, de autoria do deputado João Amin, que revoga a outorga da Medalha Anita Garibaldi concedida ao Senhor Geddel Vieira Lima.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0114/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0254/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0299/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0076/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0164/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0170/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0223/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0106/2017, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, a ser enviado ao Presidente do Deinfra, solicitando informações acerca das obras de acesso ao novo terminal de passageiros do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0107/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao Presidente da Fundação do Meio Ambiente, solicitando informações acerca da autuação do Cemitério Parque das Colinas no município de Águas Mornas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações acerca do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0173/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada aos soldados Lucas Machado e Thiago dos Santos Pacheco, do 24º Batalhão da Polícia Militar, manifestando aplausos por ato de bravura quando da realização de trabalho de reanimação em homem com mal súbito.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0174/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao Presidente da Petrobras, apelando pela manutenção da unidade da Petrobras no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0175/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao Presidente da República e outras autoridades, manifestando contrariedade à postura do Governo Federal e do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, que não manifestam interesse em solucionar o grave impasse que inviabiliza a Operação da Barragem Norte de Santa Catarina, que ameaça a vida e o patrimônio de milhares de catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0869/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e, 0870/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0670/2017, 0671/2017, 0672/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0673/2017 e 0674/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e, 0675/2017 e 0676/2017, de autoria do deputado Darci de Matos e outros.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão por até dez minutos para que possa usar a tribuna o sr. Ari Vegui, vice-prefeito do município de Brusque, juntamente com a rainha Shaiani Hodecker e as princesas, Edilene Hodecker e Jerusa Cesari, da 32ª edição da Fenarrec, para fazer a divulgação do evento. *[Coordenadora Carla]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Reporta-se, mais uma vez, a questão do Hospital Regional Lenoir Vargas Ferreira, em Chapecó, para transformá-lo em hospital universitário, pois a referida instituição oferece diversos cursos na área da saúde, o que beneficiaria ainda mais a população da região e os profissionais em formação. Cita a proposta de se realizar uma audiência pública em Chapecó para debater com representantes e instituições da saúde e educação o tema elencado.

Menciona os resultados devastadores da PEC que corta investimentos na saúde, causando prejuízos às universidades e institutos federais, bem como no campo de pesquisas científicas.

Deputado José Milton Scheffer (Orador) - Corroborar o assunto abordado pelo deputado. *[Taquigrafia: Sílvia]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Faz críticas pontuais em relação à prática da criminalização na política brasileira, citando o exemplo do ex-presidente Lula, grande líder do partido, que se encontra num processo de perseguição permanente sem prova nenhuma, e argumenta que é uma estratégia de destruição da representação política do PT, enquanto que o senador Aécio Neves e o presidente Michel Temer não sofrem quaisquer tipos de perseguições.

Diante de tal situação, conclama a imprensa catarinense tratar as denúncias contra o ex-presidente da mesma forma que tratou as acusações contra o reitor da UFSC, ressaltando que o Judiciário brasileiro comete injustiça contra o ex-presidente Lula. *[Taquigrafia: Elzamar]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Taquigrafia: Elzamar].*

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 488, de 21 de setembro de 2017

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 2º quadrimestre de 2017, correspondente ao período compreendido entre setembro/2016 e agosto/2017.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2017
(SET/2016 a AGO/2017)

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembleia Legislativa, referente ao período compreendido entre setembro/2016 a agosto/2017, na forma do anexo Demonstrativo da Despesa com Pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	482.398.027,61	1.471.264,94
Pessoal Ativo	263.583.667,06	1.471.264,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	218.814.360,55	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	72.948.423,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	22.603.609,34	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	431.730,46	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	49.913.083,78	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	409.449.604,03	1.471.264,94

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.147.139.155,32	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	21.147.139.155,32	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	410.920.868,97	1,94
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	444.089.922,26	2,10
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	421.885.426,15	2,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	399.680.930,04	1,89

FONTE: SIGEF, Unidade Responsável DIRETORIA FINANCEIRA.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

1 - Índice adotado em caráter provisório, conforme Ofício nº 0501/15/GP, de 20/08/2015, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

2 - Foi cancelado o valor de R\$ 169.452,61 de restos a pagar, referente ao pessoal requisitado de outros órgãos. O cancelamento se deu ao fato dos valores inscritos serem estimativos.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

Garibaldi Antônio Ayroso
Diretor Financeiro

Vânio Cardoso Darella
Controlador Geral

Thamiris Raposo Silva Litran dos Santos
Coordenadora de Contabilidade

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 489, de 21 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160,

de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR a servidora **TANIA MARIA HILSENDEGER DA SILVA**, matrícula nº 1249, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Farmácia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2017 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Maurício Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 490, de 21 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **IARA GASSENFERTH**, matrícula nº 7943, do cargo de Coordenador de Biblioteca, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 28 de Setembro de 2017 (CGP - Coordenadoria de Biblioteca).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Maurício Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 491, de 21 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2278/2017,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **VANIO CARDOSO DARELLA**, matrícula nº 938, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-53, a contar de 3 de setembro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Maurício Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 492, de 21 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1248/2017,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **MANOEL JOSE FABIANO**, matrícula nº 616, no cargo de Analista Legislativo II, habilitação Nível Médio/Programador, código PL/ALE-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de outubro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Maurício Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 043-DL, de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 51, § 6º, da Constituição do Estado e com o art. 316, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 212, de 2017, que "Institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-SC) e estabelece outras providências".

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário
Deputada Ana Paula Lima - 3ª Secretária
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE A OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA SC-407, RODOVIA DE LIGAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BIGUAÇU E ANTÔNIO CARLOS, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2017, ÀS 19H, EM BIGUAÇU

O SR. MESTRE DE CERIMONIAS (Vilmar Gross) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-noite. Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense damos início à audiência pública convocada pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por proposição dos Deputados Estaduais João Amin e Mário Marcondes, para debater sobre a obra de revitalização da SC-407 que liga os Municípios de Biguaçu e Antônio Carlos.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: o senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa e proponente da audiência pública; o senhor Deputado Estadual Mário Marcondes, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e proponente da audiência pública; a senhora Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 2ª Secretária da Assembleia Legislativa; o senhor Vereador Emerson Roberto Schappo, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos; o senhor Cláudio Cherem Garcia, consultor executivo do Departamento Estadual de Infraestrutura (**Deinfra**), representando o presidente do Deinfra, senhor Wanderlei Teodoro Agostini; a senhora Ivonete Weber, presidente da Comissão da Pró-Revitalização SC-407, de Biguaçu; senhor Ricardo Saporiti, engenheiro e consultor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); a senhora Sandra Molinaro, presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu (Acibig), representando a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Biguaçu; o senhor Ruy Hermes Gobbi, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas da Região de Florianópolis (Sindicargas).

Convido o senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa e proponente desta audiência pública, para condução da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Boa noite. Cumprimento as autoridades já nominadas e registro a presença do senhor João Luiz Luz, Secretário Municipal da Receita, da Prefeitura de Biguaçu; do senhor Vereador Douglas Borba, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu; do senhor Vereador Ednei Müller Coelho, da Câmara Municipal de Biguaçu; do senhor Vereador Elson João da Silva, da Câmara Municipal de Biguaçu; do senhor Vereador João Domingos Zimmermann, da Câmara Municipal de Biguaçu; Vereador Salmir da Silva, da Câmara Municipal de Biguaçu; da senhora Leticia Meurer Laurinavicius, presidente da Associação de Moradores do Bairro Vendaval e presidente da Comissão da Mulher Advogada de Biguaçu; do senhor Vereador Wagner Borges da Costa, da Câmara Municipal de Antônio Carlos; do senhor Vereador Filipe Schmitz, da Câmara Municipal de Antônio Carlos; do senhor Vereador Pio Elias Rodrigues, da Câmara Municipal de Antônio Carlos; do senhor Elias Lima, suplente de Vereador na Câmara Municipal de Biguaçu; do senhor Leonídio Zimmermann, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu; do senhor Marcos Souza, vice-presidente da Regional da Grande Florianópolis da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); do senhor Alan Cristiano Zimmermann, coordenador da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc); do senhor Ailton Andrade, assessor parlamentar, representando o Deputado Federal Esperidião Amin; do senhor Diocleto João, assessor parlamentar, neste ato representando o Presidente da Câmara de Vereadores de São José, Vereador Orvino Coelho de Ávila; da senhora Patrícia Pizzolo, assessora parlamentar, neste ato representando a Vereadora Magali Eliane Pereira Prazeres, da Câmara Municipal de Biguaçu.

Antes de iniciarmos a audiência pública eu vou rapidamente explicar a dinâmica das audiências públicas da Comissão de Transportes. Primeiro, passarei a palavra ao proponente da audiência, o Deputado Mário Marcondes, que vai justificar o motivo pelo qual nós estamos reunidos aqui hoje; após passarei a palavra aos meus Pares, a Deputada Dirce, e às demais autoridades que constituem a mesa dos trabalhos. A senhora Ivonete pediu licença para exibir um vídeo sobre a SC-407 o que fará em seguida, e aos que desejarem fazer uso da palavra, eu peço que se inscrevam junto à assessoria da Comissão, até porque a manifestação da plenária é um dos momentos mais importantes de uma audiência. Quem comanda toda audiência pública desta Comissão, não diferente de outras Comissões da Assembleia Legislativa, é quem a propôs. Então, obviamente, no decorrer da audiência eu vou passar o comando da reunião para o Deputado Mário Marcondes.

Outro momento importante da audiência são os encaminhamentos, e eu já quero fazer uma provocação. A Comissão da Pró-Revitalização SC-407 que a Ivonete preside cobra a efetivação dessa obra, o que é muito importante, mas também é importante fortalecer essa Comissão para acompanhar a obra. O objetivo de estarmos reunidos aqui hoje é justamente o acompanhamento dessa obra, desde que ela inicie o mais rápido possível. A provocação que faço é a seguinte. Está aqui o senhor Ricardo Saporiti, representando a Fiesc, órgão responsável por diversas obras do Estado Santa Catarina, e a exemplo do contorno viário da Grande Florianópolis que passa por essa região e que tem pela Fiesc um grupo paritário de trabalho que além de ter cobrado o início da obra vem acompanhando o andamento da obra, que a Comissão da Pró-Revitalização acompanhe o andamento da obra de revitalização da SC-407. É importante tirarmos esse encaminhamento daqui.

Eu não vou me alongar mais. Portanto, passo de imediato a palavra ao proponente desta audiência pública, o meu amigo, o Deputado Estadual Mário Marcondes, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MARCONDES - Boa noite a todos, em nome do Deputado João Amin, Presidente da Comissão de Transporte da Assembleia eu cumprimento a todos.

A proposição junto à Comissão de Transporte da Assembleia para realizar esta audiência pública foi em função das diversas reivindicações que recebemos da sociedade em geral, dos moradores de Antônio Carlos e de Biguaçu e das pessoas que utilizam a SC-407.

No meu mandato eu tenho trilhado como o melhor caminho para chegar às grandes soluções uma coisa chamada mesa, onde a gente consegue conversar com as pessoas, escutar as pessoas e fazer os encaminhamentos em conformidade com o nosso ofício de Deputado Estadual. Nossas limitações como Parlamentares são imensas. Quem tem a chave do cofre e as políticas de governança do Estado de Santa Catarina não é o Poder Legislativo e sim o Poder Executivo. Mas nós Deputados, nós Parlamentares, nós legítimos representantes do povo catarinense temos a obrigação de levar qualquer discussão para a sociedade. E é exatamente isto que nós vamos fazer aqui hoje: discutir.

Aqui, as pessoas vão se manifestar e os componentes da mesa vão falar sobre a situação da SC-407, da importância da SC-407 para o desenvolvimento econômico da região da Grande Florianópolis, do que essa rodovia representa e de todos os malefícios já causados pela falta de manutenção. Também vamos ouvir o representante do Deinfra que certamente vai nos dar a boa notícia em função da ordem serviço, em função até de alguns indícios de que o início das obras está por começar. Esperamos que venham por parte do Poder Executivo, o legítimo executor da obra, boas notícias; que fale que a obra vai começar e vai acabar.

A provocação do Deputado João Amin de acompanhar essa obra é de suma importância para que se tenha conhecimento do que está colocado no projeto, do que foi licitado e do que o governo do Estado vai pagar, que não é pouco, são quase R\$ 7 milhões; que sejam, efetivamente, convertidos em uma boa obra. Aliás, essa obra feita na época do Governador Esperidião Amin é uma obra boa, e agora, apesar das reivindicações, há três anos fizeram um tapa-buraco que aguentou bastante tempo. Os demais componentes da obra, como a sinalização, a ciclovia, não somente a pista de rolamento e pintura, que sejam feitos para termos uma obra de qualidade não só para os moradores daqui, mas para todas as pessoas que trafegam por essa rodovia.

Hoje nós viemos aqui não para fazer discurso político, mas para levar os encaminhamentos da sociedade, aqui representada por esta mesa e principalmente por vocês. Tenham todos uma boa-noite e que tenhamos uma boa reunião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Registro a presença do senhor Fernando Gonçalves, assessor parlamentar, neste ato representando o Vereador Ricardo Mauri, da Câmara Municipal de Biguaçu, e da senhora Dagmar Pereira, presidente da Tucanafro de Biguaçu. Convido o Vereador Douglas Borba, da Câmara Municipal de Biguaçu, neste ato representando o Vereador Angelo Ramos Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, para fazer parte da mesa de autoridades.

(*O Vereador Douglas Borba fala fora do microfone: "Eu peço que o Vereador Elson João da Silva, que representa a comunidade de Alto Biguaçu, faça parte da mesa".*)

O.k. Em novembro de 2015, nós fizemos uma audiência pública na Câmara de Biguaçu com diversos representantes dos dois Municípios, na época muito prestigiada. Em dezembro de 2015, nós fomos no Deinfra pedir essa revitalização. Em fevereiro de 2016, com a Sandra e a Ivonete fizemos uma visita ao Deinfra e solicitamos a Operação Tapa-Buraco. Em novembro de 2016, o Governador anunciou a ordem de serviço da obra. Em março de 2017, foi a última tentativa que fiz de contato com o Deinfra. Em maio de 2017, foi feito um pedido de informação ao Deinfra. Essa rodovia é de 1983 e por ela transitam pedestre, bicicleta, moto, carro, ônibus, tobata, trator, caminhões bitrens, por causa da Vonpar e da Petrobrás e por Antônio Carlos ser o

maior Município produtor de hortaliças do Brasil. Realmente é muito tempo de obra. Hoje o estado da rodovia é pior do que na época da Operação Tapa-Buraco do verão 2015-2016.

Com a palavra a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, 2ª Secretária da Assembleia Legislativa.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL DIRCE HEIDERSCHIEDT - Boa noite a todos. (*Saúda as autoridades já nominadas e os demais presentes.*)

Eu quero dizer para vocês que a gente tem acompanhado essa situação até pela insistência do Vereador Filipe, do Vereador Emerson, do Vereador Salmir, no sentido de pedir a aceleração dessa obra. Nós entendemos que essa revitalização é fundamental para as pessoas que moram em Antônio Carlos, para as empresas como a Vonpar, para as pessoas que integram o Ceasa como os produtores de hortaliças que abastecem toda a Grande Florianópolis e que passam com seus caminhões, com seus carros diariamente por aqui. Acidentes podem acontecer devido às crateras na rodovia, conforme o que a gente vê na mídia; praticamente é um descaso o que está acontecendo aqui na SC-407 entre Biguaçu e Antônio Carlos. É uma rodovia sem acostamento e com buracos e na situação em que se encontra fica praticamente inviável transitar por ela. Tudo que eu falei vocês já sabem e estão aqui para brigar por isso.

Nós estamos aqui para juntar forças, são três Deputados presentes e somos quarenta Deputados na Alesc. Eu tenho certeza que através da mobilização dos Municípios da Grande Florianópolis... portanto devemos brigar pela nossa região, nós vamos conseguir o fortalecimento e o apoio dos outros 37 Deputados que estão lá na Assembleia.

Esta audiência pública não é para nos vangloriar, não é para sobressair um Deputado ou outro, nós estamos aqui para juntos buscarmos soluções e cobrarmos a execução da obra. A ordem de serviço já foi dada, precisamos que ela seja executada, e é isso que a gente vem pedir, porque é isso que a gente passa quando fazemos campanha, nós queremos ser o elo, nós queremos ser o agente de interlocução entre a população e o governo do Estado. Da mesma forma os Vereadores são o elo entre a comunidade e o Prefeito.

Eu estou totalmente à disposição de vocês, o André que é meu chefe de gabinete, que é aqui de Biguaçu, tem insistentemente falado comigo para fazer uma moção, fazer um requerimento, e eu, o Deputado João Amin e o Deputado Mário Marcondes conversamos muito, no sentido de agilizar a execução dessa obra para que vocês possam ter mais qualidade de vida e para que vocês possam desenvolver cada vez mais essa região, porque entendemos que da maneira como está vai afastar aqueles que tem interesse em investir e desenvolver a região. Nós estamos aqui para somar, para contribuir, para unir forças juntamente com vocês.

Muito obrigada pela participação de vocês no sentido de buscar a solução do problema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Registro a presença do Vereador Felício Francisco Silveira, da Câmara Municipal de Antônio Carlos, e neste momento passo a presidência da audiência ao Deputado Estadual Mário Marcondes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Obrigado, Deputado João Amin.

Com a palavra a senhora Ivonete Weber, presidente da Comissão da Pró-Revitalização SC-407, de Biguaçu.

A SRA. IVONETE WEBER - Boa noite, em nome do Deputado Mário Marcondes, eu cumprimento os presentes.

Neste momento, assistiremos a um vídeo que retrata a situação da nossa SC-407.

(*Apresenta vídeo ilustrativo sobre o tema abordado.*)

Então, pessoal, esse vídeo que fizemos juntamente com a RIC relata muito bem a nossa realidade e eu não preciso explicar muito coisa.

Quando da gravação do vídeo, deixamos bem claro que fecharíamos novamente a rodovia. Mas na semana posterior tivemos uma reunião para pontuar o que era importante. E decidimos que esta audiência seria o mais importante em vez de fechar a rodovia. Isso porque a partir do momento que fechamos uma rodovia, acabamos ferindo o direito de ir e vir das demais pessoas. Então, optamos por esta audiência e estamos aqui para realmente saber o que o representante do Deinfra tem a nos dizer, para depois a Comissão da Pró-Revitalização SC-407 se reunir e decidir as próximas ações.

Agradeço a presença de todos e desejo uma boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Registro a presença da senhora Vereadora Salete Orlandina Cardoso, da Câmara Municipal de Biguaçu, e passo a palavra a senhora Sandra Molinaro, presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu (Acibig), representando a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Biguaçu.

A SRA. SANDRA MOLINARO - Obrigado, Deputado. Boa noite a todos.

É uma satisfação para nós estarmos numa audiência pública para discutir a SC-407. Lamento a situação da rodovia porque é uma estrada muito importante, como já foi dito, por onde passa o maior PIB da Grande Florianópolis, tamanha a importância dela. Enfim, tivemos

que tomar aquela atitude demonstrada no vídeo, de fechar a rodovia, muito bem explanada pela presidente da Comissão. [Taquígrafa-*Revisora: Sabrina Schmitz.*]

Muito já foi dito, todos conhecem o histórico, eu vou me deter ao que é mais importante, conforme o Deputado falou, os encaminhamentos, à cobrança da obra em si, início, meio e fim sobre o impacto que a alça do contorno exercerá ou está exercendo junto à SC-407. O projeto já foi licitado e já foi falado sobre a ordem de serviço. Em relação ao projeto, sabemos que ele existe, mas não o conhecemos muito bem. Sabe-se que vai ter sinalização, acostamento, mas eu acho que seria interessante que o Deinfra trouxesse o projeto para a comunidade e mostrasse para os usuários o que é este projeto e o que de fato é esta revitalização. Também pedimos a solução rápida dessa questão, conforme falou a Deputada Dirce. É uma rodovia que abrange os Municípios de Biguaçu e Antônio Carlos, embora 15 quilômetros estejam no Município de Biguaçu e os beneficiários também são de Antônio Carlos.

Então quero pedir aos Parlamentares, representantes desses dois Municípios, que mantenham um estreitamento independente de partido político, de conhecimentos ou não. É necessário que nossos representantes Municipais estejam em comum acordo, unindo forças com a comunidade para que todos nós possamos ter um final feliz e uma excelente estrada sem perigo, uma estrada que tenhamos orgulho de dizer: "Essa é nossa SC-407".

Deixo aqui meu depoimento e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado pela participação. Gostaria de passar a palavra para o senhor Ruy Hermes Gobbi, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística da Grande Florianópolis (Sindicargas).

O SR. RUY HERMES GOBBI - Sou presidente do Sindicargas, que é o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística da Grande Florianópolis. Temos nossa sede em Florianópolis e abrangemos os 21 Municípios que compõem a Grande Florianópolis. Temos nossa diretoria e estou aqui hoje através do convite da Sandra Molinaro, agradecendo desde já a sua presença. Aproveito para cumprimentar o proponente dessa audiência pública o nobre Deputado Mário Marcondes.

O que vou falar é com relação a questão da segurança, da mobilidade urbana da rodovia e mais a questão de transportes de cargas e das mercadorias que precisam circular por essa rodovia. Tanto as que são produzidas na região, como as que vêm para serem consumidas. O vídeo mostrou bem uma rodovia projetada e implantada na década de 1980, portanto o resultado de um projeto antigo. Hoje os caminhões que circulam por ela, por uma questão tecnológica e de custo-benefício, têm que ter mais produtividade, entregar a mercadoria cada vez mais rápida e de uma forma mais barata para atender as empresas ou os embarcadores tão implacáveis com os transportadores na questão do custo.

Utiliza-se hoje, como o Deputado João Amin falou, os bitrens e até os rodotrens, veículos que na época da construção da rodovia não existiam, eles começaram a rodar no Brasil a partir de meados da década de 1990. E hoje, nesta rodovia, tanto pela questão da distribuidora de combustível da Petrobrás, quanto pela empresa que detém a franquia da fabricação e distribuição dos produtos da Coca-Cola na região, ficamos obrigados a utilizar os caminhões, pois infelizmente nós, transportadores, não podemos trabalhar com veículos pequenos, de pouca capacidade, porque o frete ficaria muito impactado em cima do produto e perderíamos totalmente a competitividade.

É triste escutarmos, como foi falado no vídeo, que o caminhão atropelou e ceifou a vida de pessoas. Isso é complicadíssimo escutarmos, pois sou transportador, tenho empresa, tenho família e temos que zelar por todas as pessoas que compõem a sociedade. Então essa questão, para nós, é extremamente complicada de lidar.

Explanei tudo isso porque agora na revitalização dessa rodovia, temos que considerar o tamanho dos caminhões que são maiores. Para isso, já que não dá para mexer no trajeto, temos que aumentar a largura da rodovia nas curvas para que esses caminhões que precisam de um raio de curvatura maior para poder desempenhar os desvios da rodovia possam transitar com segurança. Temos recebido muitas reclamações, e é complicado a questão da manutenção porque estão sendo colocados tachões no meio da rodovia para tentar limitar isso que provoca deslocamento de pneu, gastos com manutenção e as empresas para quem transportamos, nossos embarcadores, não aceitam mais uma simples planilha de custo para registrar frete. Não temos mais de onde tirar. A economia exige que você trabalhe com menor frete possível e as dificuldades enfrentadas com relação ao deslocamento se dão pela má qualidade do pavimento que precisa ser revitalizado. Isso é indiscutível!

Eu queria fazer um apelo à Empresa Autopista Litoral Sul para que tenha a sensibilidade de tentar reparar de forma um pouco mais constante os malefícios provocados por ela, porque o contorno viário através da SC-407 e os caminhões que lá trabalham circulam com excesso de peso e de carga, o que não podemos provar, mas é público e notório. Isso contribuiu e acelerou bastante os problemas existentes

na pavimentação. Ali no local do cruzamento da rodovia, do contorno com a SC-407, tem dias que fica intransitável, vocês sabem disso. Pedimos que o representante do Deinfra leve esse nosso pleito, que é da sociedade, não só de Biguaçu e de Antônio Carlos e de toda a comunidade que margeia essa rodovia e que utiliza o turismo e o agronegócio. É uma veia, uma artéria importante do Estado de Santa Catarina.

Só lembrando - e acho que isso já foi falado e não quero ser repetitivo - que os R\$ 7 milhões é um valor praticamente inexpressivo se levarmos em conta a arrecadação dos impostos, que são gerados no entorno da rodovia pelas empresas que nela existem, além de toda a concepção, que é necessária, para a distribuição desses impostos em diversos setores. E temos ainda os impostos federais, estaduais, municipais e o IPVA que é recolhido na região. Para nós, e eu como membro do Sindicargas como transportador e pagador de impostos como vocês todos são, acho que a desculpa de não ter dinheiro é totalmente inaceitável. Esta obra foi concluída na década de 1980 e pouco se fez pela importância que ela tem. Colocando um adendo aqui, dona Ivonete, acho que a partir de hoje não precisa mais fechar a rodovia para se buscar uma resposta porque a resposta virá, de uma forma satisfatória ou não.

Vou citar um exemplo do que aconteceu essa semana. Na segunda-feira fui ajudar a Prefeitura de Florianópolis a se defender de uma queixa-crime enviada pelo doutor Paladino, Promotor de Justiça da 3ª Vara da Comarca da Capital, porque um decreto assinado, em 2013, pelo então Prefeito Cesar Souza Júnior de Florianópolis, que tinha a obrigação de demarcar e estabelecer as normas da carga e descarga na região central de Florianópolis, não foi cumprido. Deveriam ter sinalizado o tipo de caminhão, os locais e os horários de circulação em Florianópolis, apenas circulação vertical e horizontal de rodovia nada mais do que isso. Isso não foi feito. Quando o novo Prefeito Gean Loureiro assumiu foi interpelado pelo Ministério Público para tomar providências, e nada foi feito. Agora no segundo ofício, o doutor Paladino intimou a Prefeitura com instauração de uma queixa-crime, ou seja, se não forem tomadas as providências ao cumprimento desse decreto, alguém vai responder criminalmente.

Então, se o decreto e uma ordem já foram assinados, existe uma dotação e é a burocracia que está emperrando o processo. Não precisamos fechar a rodovia, é só procurar o Ministério Público, que eu tenho certeza que eles vão nos ajudar.

Boa noite, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado Rui Gobbi.

Como informação, pelo menos da minha parte, da indignação e tenho certeza que tanto por parte do Deputado João Amin e também da Deputada Dirce, concluo que a Autopista Litoral não deve estar muito preocupada porque se estivesse estaria aqui e não teria convocado outra assembleia ou reunião no mesmo horário desta. Qual teria sido a intenção eu não sei, provavelmente para dividir, mas não adianta porque poderíamos estar aqui com meia dúzia de pessoas que iríamos fazer os encaminhamentos, iríamos bater na porta do governo do Estado, e é isso que estamos fazendo aqui.

Ruy, suas colocações foram muito bem lembradas, obrigado pela participação.

Passo a palavra ao Vereador Emerson Roberto Schappo, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/ SC (Vereador Emerson Roberto Schappo) - *(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)*

Serei breve em minha explanação, como dizia seu Paulo: "de promessas já estamos cheios desde pequenos". Queremos uma solução! Não sei qual o prazo que vocês nos darão ou teremos que fazer um requerimento no início da revitalização? Estamos acompanhando, já fizemos a parte topográfica, já roçaram e estão medindo a estrada. Mas nós queremos mesmo é a revitalização. Tudo que já foi falado é de grande valia, não vou me estender por muito tempo. E se vocês lembrarem de nós agora, com certeza nós lembraremos de vocês nos próximos anos. É isso que eu tenho a dizer a vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado Emerson.

Passo a palavra ao Vereador Elson João da Silva, da Câmara Municipal de Biguaçu.

O SR. VEREADOR ELSON JOÃO DA SILVA (Biguaçu/SC) - Boa noite a todos e a todas as entidades presentes. *(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)*

Trago um abraço do nosso Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, Vereador Ângelo Ramos, que não pôde se fazer presente por estar cumprindo agenda na audiência pública que está ocorrendo na comunidade da Limeira. Mas contamos com a presença do Vereador Patê, Vereador Douglas, Vereador Nino, Vereadora Salete Cardoso e demais suplentes que em outras oportunidades já participaram, nesse mesmo local, de reuniões mesmo coincidindo com a sessão da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Senhor Deputado, eu tive oportunidade na última quinta-feira de participar da reunião da Comissão de Transportes, presidida pelo Deputado João Amin, na Assembleia Legislativa, e vi os diversos requerimentos encaminhados para aprovação naquela Comissão, das diversas SCs espalhadas por Santa Catarina.

Sabemos da dificuldade dos senhores Deputados e da classe política, tanto na esfera estadual, municipal e até federal, em atender todas as demandas. Ficamos entre a cruz e a espada tentando viabilizar soluções, para minimizar todas as situações que uma má preservação de uma via pública pode causar no escoamento da produção, às comunidades que vivem em torno dela e a todo sistema produtivo da classe empresarial.

Conhecemos a história da SC-407 porque nasci e me criei na região e mais do que ninguém, transito todos os dias por ela. Já tive meu veículo danificado, como as demais pessoas também. Minha grande preocupação é com o escoamento da produção, que é muito importante para o desenvolvimento econômico da região, mas vejo com muita preocupação a humanização da SC-407. Evidentemente que cada segmento vai defender da melhor maneira sua entidade, mas eu que nasci e me criei aqui e tenho a preocupação com a humanização.

Conversei hoje com o engenheiro responsável, o Edison, sobre o que a revitalização vai contemplar. Ficamos um pouco frustrados porque as obras que serão realizadas irão minimizar a situação, mas não aquilo que a comunidade esperava. Temos que continuar trabalhando pela humanização porque o tráfego que passa por aqui e os caminhões é que foram os responsáveis ao longo dessas três décadas, para que a rodovia ficasse ultrapassada. A expansão urbana e a ocupação das indústrias ao longo da SC-407, a grande produção grameira e de hortifrutigranjeiro em toda a região que levaram o estrangulamento da SC-407.

Ficamos frustrados com os R\$ 7 milhões que serão investidos nos 5 quilômetros de drenagem na longitudinal e na vertical, no capeamento ao longo dos 15 quilômetros, mas infelizmente não teremos o acostamento tão importante na segurança de todos que passam por ali, para a comunidade da Volta da Pedra e todos que vivem no contorno.

Essa semana eu encaminhei um ofício ao presidente Wanderlei mostrando nossa preocupação com a sinalização horizontal e vertical na rodovia.

Hoje, na saída da BR-101, que vai até Antônio Carlos, um número grande de máquinas agrícolas transitam sem a sinalização de uma placa de advertência e o Centro de Educação Infantil em Santa Catarina, também não tem nenhuma identificação dizendo que ali tem uma escola e saída de pessoas. Diversas situações nos preocupam ao longo da execução da obra e vamos cobrar cada vez mais. Muitos falaram aqui na construção do anel viário. E a audiência pública na região de Limeira é justamente para cobrar, inclusive vai estar lá a Defensoria Pública da União para defender as comunidades dos transtornos que a Autopista Litoral está causando nas estradas rurais do Município de Biguaçu. Será elaborado um documento, que a Autopista irá encaminhar para a ANTT, para que autorize os reparos que serão feitos nas vias rurais. Não será diferente na SC-407.

Essa audiência é muito importante e estava comentando com o engenheiro Edson da Copesa, empresa que executará a obra e será responsável pelos trabalhos. Temos que cobrar insistentemente da Autopista, da ANTT e da Arteris para ficarem vigilantes. Todos que se mobilizaram aqui, Comissão de Transportes da Assembleia, a classe política, a classe empresarial, cada um na sua instância, para que os encaminhamentos sejam efetuados. A união faz a força! E cada um à sua maneira, o Executivo, o Legislativo de Biguaçu e de Antônio Carlos e toda a classe política estadual e Federal.

Muito obrigado a todos os senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado Elson.

Passo a palavra ao senhor Ricardo Saporiti, engenheiro e consultor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

O SR. RICARDO SAPORITI - Boa noite a todos. É com grande prazer que estou aqui representando o presidente Glauco Côte, da Federação das Indústrias. Quero transmitir o abraço dele aos senhores Deputados e a todos os senhores e senhoras.

Vou tomar a liberdade de não falar sobre a SC-407 e, que os senhores conhecem muito bem a situação, procurar falar sobre as preocupações que a Federação das Indústrias tem, no tocante à conservação e manutenção das rodovias em todo o Estado de Santa Catarina. Infelizmente o que está ocorrendo, aqui, na SC-407, também está ocorrendo em várias outras regiões do Estado. Isso é fruto da falta de verbas alocadas ao Deinfra para serviço de conservação e manutenção rodoviária. Infelizmente, digo muitas vezes e desculpe-me senhores Deputados, a parte de conservação e manutenção é deixada um pouco de lado, pensando mais na parte da construção e da revitalização de novas rodovias. Com essa economia que se faz, que pensa que se faz, isso exigirá do governo um investimento muito grande na recuperação daquelas mesmas rodovias.

Existe um estudo rodoviário que diz o seguinte: para cada dólar que se deixa de investir em conservação ou manutenção, obrigatoriamente, o poder público terá que investir de U\$ 2,5 a U\$ 3 para recuperar aquela estrada. Então é uma economia que, infelizmente, não é real. [Revisora: Ilka Maria Fretta]

Peço, inclusive já foi levado à Comissão de Transportes em outra reunião que ocorreu na Assembleia Legislativa, no sentido de que os senhores Deputados e as senhoras Deputadas se esforcem para alocar recursos para conservação e manutenção no orçamento do Deinfra. Isso é muito importante. O Deinfra não pode fazer milagre, Deputado. Hoje, no setor rodoviário... Eu sou de uma época mais antiga com relação às rodovias, fui engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), fui residente do DER aqui na região da Grande Florianópolis e, naquela época, quem fazia manutenção de estradas de rodagem era o DER. Quando o Prefeito ou os Vereadores tinham algum problema eles procuravam o residente do DER para cobrar uma solução. Hoje, as Agências de Desenvolvimento Regionais absorveram praticamente toda a parte de conservação de estradas que era obrigação constitucional do Departamento de Infraestrutura Rodoviária. Então, isso tem que ser mais pensado. Essa é uma opinião pessoal, minha, mas de uma pessoa que já viveu cinquenta anos no setor rodoviário e, acho, tenho um pouquinho de bagagem para poder falar isso para os senhores.

Temos que arranjar recursos alocados, como a Taxa de Rodoviária Única (TRU), que existia antigamente. Hoje existe a Cide, que permite um pouquinho de dinheiro de manutenção, mas não resolve. Com relação à SC-407, na época que foi construída ela era uma excelente estrada. Está certo que, como disse o presidente do Sindicato, com quem concordo, na época o pavimento não era feito para absorver caminhões bitrem de alta tonelagem. Entretanto, se tivesse havido uma conservação permanente, eu garanto que ela não estaria na situação atual.

Eu generalizei a situação, por que isto está ocorrendo lá no extremo oeste, no oeste, no Vale do Rio do Peixe, na região norte e na região sul. A Fiesc vem recebendo muitas demandas do interior, de empresários e comunidades, que pedem estudos para ver a situação de deterioração em que se encontram as rodovias. Então ela fez uma amostragem de 40% da malha rodoviária do Estado, cuja totalidade chega hoje a, aproximadamente, 7.300 quilômetros de estrada de rodagem, que são de responsabilidade do governo do Estado.

No orçamento de 2016, Deputado, o Deinfra e as Agências de Desenvolvimento Regionais tiveram alocados, aproximadamente, R\$ 34 milhões para manutenção de estradas. Se fomos fazer uma divisão rápida, foram alocados perto de R\$ 4.600 por quilômetro de estradas. Convenhamos, com esse dinheiro não dá para fazer nem operação tapa-buraco e roçada de rodovia. Então, o Deinfra tem culpa? Ele é o responsável pelas estradas, mas se não alocar recursos suficientes, como é que ele vai fazer a manutenção?

Então, meu colega, o engenheiro Cláudio, não pode fazer milagre, assim como o engenheiro presidente do Deinfra também não pode. A solução é alocar recursos para esse tipo de serviço. E tem mais uma coisa, é preciso concentrar no Departamento de Infraestrutura Rodoviária a parte de manutenção e conservação. Eu já vi, Deputados, editais de licitação de conserva e manutenção de estradas - não vou nominar a região nem a região de desenvolvimento regional - assinados por arquiteto. Eu não tenho nada contra arquitetos, são nossos colegas, mas isto é o mesmo que eu querer assinar projeto arquitetônico como engenheiro civil e rodoviário. Quer dizer, algo está errado nisso tudo, convenhamos, não é?

Então, eu não quero me estender demais, mas preciso dizer que a Federação das Indústrias sempre foi e sempre será parceira dos senhores nessas reivindicações, dando um apoio técnico que tem procurado dar para os Deputados, para as lideranças que sempre pedem. A Federação está sempre aberta para fazer estudos, sempre com o objetivo de colaborar para o bem comum de Santa Catarina. Era isso que eu tinha a dizer aos senhores e me coloco à disposição (palmas).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Gostaria de justificar a retirada da Deputada Dirce, que tem compromissos particulares, familiares e justos, pois vai cuidar da neta, e justificar a saída do Deputado Amim, que está indo para outra reunião que foi marcada para o mesmo horário. O André vai representar a Deputada Dirce e daremos todos os encaminhamentos necessários. Obrigado ao engenheiro Ricardo Saporiti, pois é bom que a sociedade saiba como acontecem as coisas no governo. Certamente as atribuições das ADRs virão ao Deinfra. Mas se depender da Assembleia, Ricardo, por unanimidade, certamente as ADRs serão extintas.

Passo a palavra para o senhor Cláudio Cherm Garcia, consultor executivo do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), representando o presidente do Deinfra, senhor Wanderlei Teodoro Agostini.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - (Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes). Aceitamos o convite, que entendemos como uma convocação, para tentarmos esclarecer as dúvidas

sobre o efetivo início das obras que pairam sobre todos da região e, após o início, finalmente, a conclusão da obra que vem sendo um anseio dos Municípios de Antônio Carlos e Biguaçu, já há bastante tempo.

Eu vou aproveitar que alguns componentes da mesa já falaram e já vou dando algumas respostas. Se surgirem alguns questionamentos, como o próprio Deputado já colocou, que os façam e a gente responde ao final dessa explanação.

Primeiro, vou começar de trás para frente, pegando o gancho do engenheiro Ricardo, que fez uma colocação extremamente pertinente e perfeita. De fato o Deinfra é o órgão responsável pela conservação e manutenção, pelas obras, pela implantação de rodovias, mas é um órgão que, como todos os outros, depende de recursos para executar aquilo que lhe é atribuído. E hoje temos uma dificuldade muito grande, principalmente, para alocar recursos para conserva e manutenção de Rodovias. O engenheiro citou os recursos oriundos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide), recurso que surge a partir do combustível e é repassado ao Estado através da Secretaria de Infraestrutura. Para se ter uma ideia, esse ano o Deinfra teria direito a R\$ 7,2 milhões para conservação de rodovias, considerada uma quantia irrisória, que vai ser empregada na revitalização de um trecho de 15 quilômetros. Além deste recurso para conserva e manutenção de rodovias, a gente vem usando um recurso de arrecadação de multas.

Existe um convênio com a Polícia Militar Rodoviária, em que 90% dessa arrecadação vai para a polícia e 10% fica com o Deinfra, sendo que o Deinfra ainda é responsável por pagar todos os custos da operação de multa, incluído diárias de alimentação, hospedagem, aferimento de equipamentos da polícia e etc., ou seja, nós não temos praticamente nada para conseguir alocar, exclusivamente, para conserva de rodovias.

Resgato mais uma vez a fala do engenheiro Ricardo e peço o apoio do Deputado Mário Marcondes, que permanece na audiência, para que este problema seja discutido dentro da Assembleia, com a finalidade de devolver a total atribuição de conserva e manutenção de rodovias para o órgão que deve fazer isso, sem desmerecer as ADRs, logicamente, que possuem as suas atribuições e que estão sendo discutidas dentro da Assembleia - a gente acompanha pelo noticiário - e que os Deputados façam um esforço e não desistam disto. O engenheiro Ricardo trabalhou no Deinfra quando ainda era DER, e era uma estrutura muito grande. Nós tínhamos maquinário, laboratório, engenheiros e topógrafos. Atualmente, vimos pedindo concurso desde 2013, mas não conseguimos realizar um concurso para preencher o quadro. Enfim, esta não é uma justificativa pela demora do início das obras, mas uma exposição da realidade do órgão em que trabalhamos.

Nós tomamos conhecimento desse problema da falta de execução da obra, desde que foi dada a ordem de serviço e, realmente, ainda não foi iniciada. Uma obra inicia a sua execução no momento em que a empresa se mobiliza e começa a trabalhar. Quando tivemos a mudança de exercício do ano de 2016 para 2017, nós fomos à Fazenda do Estado garantir, ou tentar garantir, o recurso para efetivar a obra no início do ano 2017, e nos deparamos com uma realidade ainda pior em termos de arrecadação e disponibilidade de recursos, principalmente por parte do Tesouro Estadual. É uma situação econômica que vem fazendo o País inteiro sofrer com suas consequências, ainda que nosso Estado esteja um pouco melhor, pois não tem atraso de salários e etc., e isso, muito em função da população - não tenho a menor dúvida disso - mas infelizmente, dentro da Fazenda do Estado, a resposta que tivemos naquele momento e nós não teríamos o recurso disponível para o início das obras. E desde o início de Janeiro, até a semana retrasada, temos ido, diuturnamente, à Secretaria de Planejamento, à Secretaria da Fazenda... O presidente Wanderlei tem recebido a visita dos Deputados e cobranças, tem "sentado" com o Governador, com o Secretário da Fazenda, com o Secretário do Planejamento... e eu gostaria de informar a vocês que, finalmente, conseguimos a disponibilidade de recursos para, efetivamente, executar a obra.

Esta obra foi incluída... (palmas). Eu agradeço as palmas, mas eu acho que conseguimos cumprir a nossa obrigação. Essa obra foi incluída no programa Pacto Por Santa Catarina e vai ser executada com recursos de financiamento do Banco do Brasil, o que nos dá uma garantia de início, meio e fim, independente de virada de ano ou não. Porque se nós alocássemos recursos do Tesouro para executar a obra a partir de agora, - sendo que a obra tem uma previsão de 360 dias - no final do ano todo recurso que estivesse lá empenhado seria automaticamente recolhido pelo Tesouro e, no ano seguinte, nós teríamos que pleitear novamente os recursos. O Banco do Brasil, por outro lado, é um recurso garantido, a empresa já foi chamada, como a própria comunidade já sabe - acho que a dona Ivonete está a par disto também -, a empresa está fazendo um levantamento, pois, pela demora do início, de fato, a situação do trecho piorou um pouco, está precisando de reparos mais efetivos do que naquela época e isso vai ser contemplado. A empresa está terminando este levantamento para, efetivamente, começar os trabalhos.

Após esse levantamento, começa a retirada da capa de asfalto, que chamamos de fresagem e a nova capa de asfalto será

então colocada. Em determinados lugares o reparo será um pouco mais profundo e aí vamos trabalhar com base, sub-base e etc., para deixar a rodovia, novamente, em condições perfeitas de trafegabilidade. Para responder à dona Ivonete, nós, efetivamente, conseguimos recursos e a obra vai ser retomada dentro do cronograma de 360 dias, previsto pela senhora. Não em seis meses, - tal como o repórter falou no vídeo - não sei de quem ele colheu essa informação - é importante falar isso para a comunidade, para não sustentar falsas informações. Nós não passamos essa informação de seis meses, pois o contrato prevê 360 dias. O Deputado Mário Marcondes tem o contrato aqui em mãos. Os 360 dias correspondem um ano. Claro que se nós conseguirmos acelerar o cronograma das obras e os serviços, nós entregaremos antes, mas o prazo que nós temos e que vamos cobrar da empresa é este de 360 dias.

Vou me referir agora à fala da senhora Sandra sobre o que o projeto vem ou não contemplando. Eu não sabia que ainda restavam tantas dúvidas em relação às especificações do projeto e amanhã, retornando ao Deinfra, vou pedir à diretoria responsável pela obra e aos nossos projetistas que disponibilizem essas questões e venham discutir essas dúvidas com vocês, pois, dentro do possível e conforme a lei permitir, talvez possamos fazer as adequações requisitadas.

Também quero informar ao senhor Elson, que falou bastante a respeito das sinalizações, que o contrato já prevê sinalização, mas nada impede que seja feito um pleito para novas sinalizações, através do contrato de sinalização que temos. Não vejo problema em o Deinfra vir aqui conferir a real necessidade, conforme o pleito da comunidade, para instalar placas de sinalização de escolas ou de acesso a alguma comunidade. Nós temos feito isso através de pedido de Deputados, Prefeitos e Vereadores, logicamente sempre dentro das possibilidades e limitações financeiras que temos, mas sempre tentando proporcionar mais segurança para a rodovia e para os usuários.

Então, dona Sandra, em relação ao projeto, eu vou levar isso para o Deinfra e vou pedir esse esclarecimento, que será resolvido com a presença da empresa e dos engenheiros fiscais, que virão até vocês, facilitando um pouco mais esse contato, para vocês não terem que se deslocar até o Deinfra, pois a gente conhece o trânsito, sabe que todos têm seus afazeres também e a gente trabalha em horário comercial, mas, enfim, eles vão trazer esse projeto para mostrar para vocês e, dentro do possível, fazemos as alterações, tentando preservar o orçamento, a legalidade e a segurança do projeto.

Com relação à fala de seu Rui, representante da Fetransesc, que levanta algumas questões em relação a projeto, como raios de curva e etc., isso também poderá ser discutido. Eu penso, e creio que o engenheiro Ricardo também, que o ideal seria nós termos a possibilidade de fazer um projeto de restauração, ampliação de capacidade e até de duplicação desse trecho, mas, infelizmente, a falta de recurso não nos permite isso. Portanto, nós temos que focar naquilo que temos possibilidade, que é a revitalização, e tentar fazer dessa obra o melhor possível dentro daquele projeto, que foi lícitado, aprovado e que nos permite executar essa obra. Como já disse, se possível, a gente faz as adequações, tenta discutir com a federação de transporte, que é importante também, são os usuários, mas que muitas vezes - não naquela entrevista - acabam sendo marginalizados, ditos como motoristas irresponsáveis e a gente não concorda com isso.

O senhor Rui falou a respeito do anel viário, essa é uma preocupação que já foi levantada no Deinfra por conta do peso de caminhões que irão trafegar, inclusive, durante o período das nossas obras. Então, a medida em que nós adotamos no Deinfra é a notificação da Autopista Arterial, para que ela compareça até o Deinfra e a gente chegue... Nós não queremos interromper a obra da Autopista, de forma alguma, pois a gente sabe bem de sua importância para a comunidade e região, não só de Biguaçu e Antônio Carlos, pois esta é uma obra que vai ter impacto estadual, eles vão ser convocados para ir até o Deinfra, para se chegar a um consenso sobre como utilizarão a pista durante as obras. Caminhões com excesso de peso, como o seu Rui falou, não serão permitidos, essa é uma questão de fiscalização. Se eles estiverem rodando acima do peso - eu tenho certeza de que a comunidade vai nos ajudar nisso - eles deverão ser notificados e terão que ser punidos, da forma que prevê a lei. Tenho certeza de que a comunidade vai ajudar na fiscalização da obra, para que ela fique da forma como foi projetada.

Portanto, em relação ao anel viário, nosso posicionamento e o nosso encaminhamento é este. Esta preocupação já foi levada para o Deinfra, já foi discutida, nós fizemos uma mesa de conversa sobre o assunto e a Autopista vai ser notificada. Seria interessante eles estarem aqui, pois na quarta-feira passada nós fizemos uma audiência na Assembleia para tratar da situação dos caminhoneiros que estão sem receber e eles também não se fizeram presentes. Eu tive oportunidade de ir como ouvinte, como convidado e, de fato, foi uma audiência produtiva, tal como espero que esta também seja, mas faltou a presença dos responsáveis pela Autopista Litoral Sul. Mas eles não podem simplesmente se omitir de conversar e sentar numa mesa para negociar esse uso da rodovia. Lógico que a obra deles é importante, mas precisa seguir alguns parâmetros.

Eu finalizo a minha fala e, se houver alguma dúvida por parte da comunidade, por parte de qualquer representante, por parte de Deputado, eu estou aqui para tentar esclarecer. Eu quero agradecer mais uma vez a presença de todos e dizer que, finalmente, conseguimos cumprir com aquilo que desejávamos, que era conseguirmos os recursos para começar a obra, que foi, efetivamente, incluída no programa Pacto por Santa Catarina e nossa preocupação era não ter essa inclusão, mas ela aconteceu. A Secretária Executiva do Pacto me mandou o documento do sistema com a obra incluída, de fato.

Quería colocar aqui que nós também estamos finalizando a contratação da empresa para fazer a supervisão das obras, que vai contar com a supervisão da comunidade, mas uma supervisão técnica, até pela falta do pessoal do Deinfra, é muito importante. Agradeço a presença de todos e a disponibilidade de virem até aqui, num dia de semana, à noite, para ouvirem o que a gente tinha para dizer.

Muito obrigado (*palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) -

Cláudio, eu quero deixar aqui o meu agradecimento, primeiro por que o governo do Estado Santa Catarina, - tem o meu testemunho - em todas as audiências públicas de que eu tenho participado, solicitadas por mim ou não, o governo do Estado sempre mandou o representante da área afim. Semana passada, tive uma audiência pública extremamente volumosa em termos de pessoas, em Tijucas, sobre o presidio, e o representante da Secretaria de Justiça e Cidadania estava lá dando o seu contraponto. É isso que nós viemos fazer aqui. Pois, quando nós discutimos sozinhos, fica todo mundo reclamando: "tem buraco, tem isso, tem aquilo, já morreu gente e tal", todo mundo sabe como é. Mas é preciso sempre mostrar o outro lado, a outra versão da história e o que vem de oferta de proposição e encaminhamentos pelo governo do Estado.

Quero deixar meu agradecimento, em meu nome, pela convocação desta audiência, mas também, certamente, em nome da Comissão de Transporte da Assembleia Legislativa, e tenho certeza de que essa participação aqui, hoje, será de grande valia e que as pessoas saiam daqui com a certeza, o conforto, o alento de que as obras vão começar e vão acabar.

Vou abrir para a manifestação da comunidade. Temos pessoas da comunidade, da Comissão da Pró-Revitalização e políticos que se inscreveram, como Vereadores e suplentes. Quería pedir que cada um de vocês faça colocações práticas e proponentes, se alguma necessitar a resposta imediata do Deinfra eu já passo a palavra, a gente já responde, porque tudo será registrado na ata, então quanto mais práticos formos em nossas palavras, certamente, trará um melhor resultado para a audiência.

Com a palavra o senhor João Viane, membro da Comissão da Pró-Revitalização da rodovia SC-470. [*Revisora: Cláudia Fernandes de Souza*] [*Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria*]

O SR. JOÃO VIANE - (*Cumprimenta os componentes da mesa e todos os presentes*). Se esta audiência está acontecendo hoje, isto se deve, exclusivamente, à comunidade aqui reunida. Este foi um movimento que veio da comunidade para dentro da política...E nós começamos com os agradecimentos aos Vereadores de Biguaçu e de Antônio Carlos presentes, hoje em maior número que nas outras ocasiões, o que fez muita falta - a gente morde e assopra -, mas hoje eles estão de parabéns. Já falei com o Vereador Salmir antes e já falei com outros Vereadores. A gente agradece pela presença de vocês hoje.

O engenheiro do Deinfra, em determinado momento, disse que faltam recursos. Essa afirmação não condiz com o que foi dito por aquela pessoa entrevistada pelo repórter (*reporta-se ao vídeo apresentado na audiência*), que dizia que eram questões burocráticas, que não era falta de recursos. Também no final do ano passado houve aquele anúncio, com pompa e circunstâncias, e eu acho que deveriam ter um pouco de cuidado ao anunciar essas possíveis obras, porque estão tirando a gente para tolo! Como disse o Vereador, eles vão lá comer os salgadinhos, fazem a festa, viram as costas e não aparecem mais! Isso é frustrante, isso deixa as pessoas realmente indignadas.

Em relação aos transportes, eu quero dizer ao senhor (*dirige-se ao senhor Cláudio Cherem Garcia*), com o devido respeito: é certo que caso fosse este um evento de premiação, viria o presidente do Deinfra - eu já participei de diversas audiências públicas e de premiações e quando é premiação, vai o presidente, quando não é, quando é para cobrar, vai um subalterno. Mas isso é do jogo, não tem jeito, é muito frequente isso.

Em relação ao representante da Fiesc, eu li um pouco aquele relatório que foi feito pela Fiesc a respeito da situação das rodovias do Estado de Santa Catarina. E se o senhor me permite, não quero lhe corrigir, mas quando afirmou a cada US\$ 1 economizado, na verdade é economizado entre aspas, pois você deixa de gastar na manutenção. Segundo este relatório da Fiesc, que eu li, vai custar depois US\$ 4. Então é maior ainda o custo dessa manutenção, dessa recuperação, digamos assim.

Em relação ao peso, senhor Cláudio Garcia, o senhor já pode sair daqui com uma informação. O senhor pode fazer o levantamento... Aliás, quero fazer uma pergunta para o senhor: o senhor sabe me

informar - eu sou caminhoneiro, a minha vida inteira trabalhei com caminhão, até que um câncer me tirou da rodovia, então eu sei um pouco de transporte dentro do caminhão - quantas balanças existem nas rodovias estaduais de Santa Catarina operando hoje? O senhor sabe me dizer?

(*O senhor Cláudio Cherem Garcia manifesta-se fora do microfone: "O número exato de balanças eu não sei lhe informar."*)

Mas tem?

(*O senhor Cláudio Cherem Garcia manifesta-se fora do microfone: "Não sei lhe dar essa informação."*)

Eu acho que existem três balanças funcionando em Santa Catarina na BR-101: em Garuva, em Araranguá e em Itapema. Leve esta informação para o Deinfra, tem caminhão passando aqui, da Autopista Litoral Sul, para a obra, um bitrem de nove eixos, que é para 60 mil quilos, mas eles estão chegando chapados, com 80 mil quilos, 90 mil quilos. O Emerson é do transporte e sabe disso. O pneu do caminhão está vindo dobrado nesta rodovia e não tem nada que agüente isso. Então, que ponham uma balança.

É duro se falar isso, mas precisa ser contido também aquele impulso de encher o caminhão demais, porque senão a rodovia não aguenta. Não adianta a gente fazer audiência pública, cobrar do Deinfra que faça uma rodovia em boas condições se o camarada passa com o caminhão arrebitando a pista inteira. Inclusive isso acontece também com os caminhões que trabalham na produção, porque não tem controle, não tem balança e não se vai pesar toda caçamba de barro que sai dali, mas se houver uma fiscalização, evidentemente que vão dar uma cuidadinha para evitar que o asfalto se deteriore tão rapidamente quanto tem acontecido.

Para finalizar, Deputado, eu somente quero lamentar profundamente a ideia de Jerico, me permita usar este termo, a ideia de Jerico de quem promoveu esta reunião. Eu não sei, preciso de confirmação: Vereadora Salete, é uma audiência pública da Câmara de Vereadores ou é uma reunião?

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

É uma reunião, então é pior ainda, porque é uma reunião que está se sobrepondo a uma audiência pública do Legislativo de Santa Catarina. Se fosse uma audiência pública dos Vereadores, do Executivo municipal, já seria grave, mas se é uma reunião, tem menos importância ainda. E marcam justamente para dividir as comunidades, para esvaziar. E eu sei de onde partiu isso e quem fez sabe também. Foi uma baixaria que fizeram com a nossa população, com os nossos usuários da nossa rodovia SC-407. É inaceitável que neste momento, para vir até aqui, um Deputado Estadual saia da Assembleia Legislativa para participar de uma reunião - de uma reunião, não é uma audiência pública promovida, Vereadora Salete. Não é audiência, é uma reunião. A Autopista, senhoras e senhores, convocou essa reunião. Quem é a Autopista para promover reunião e se sobrepor ao Legislativo catarinense?

Fica essa pergunta e a minha revolta, porque eu tenho certeza que é a revolta de todos que estão aqui hoje participando desta audiência pública.

Mais uma vez, obrigado a vocês todos, Vereadores que vieram, Vereadores de Antônio Carlos. Cadê o nosso Prefeito? Depois vocês me falam. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado, Viane.

Eu vou deixar as perguntas que estão sendo feitas para o engenheiro do Deinfra, que está anotando atentamente, para serem respondidas ao final. Daí ele faz as suas ponderações.

Passo a palavra ao senhor Filipe Schmitz, Vereador do Município de Antônio Carlos.

O SR. VEREADOR FILIPE SCHMITZ (Antônio Carlos/SC) - (*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

A minha fala é bem rápida e direcionada ao engenheiro do Deinfra. Falo também em nome do Prefeito Municipal, que me pediu que fizesse esse encaminhamento. Eu sou Vereador do Município de Antônio Carlos.

Nós também não tivemos ainda acesso total ao projeto da revitalização. Nós, Executivo e Legislativo, temos colocações que, como o engenheiro disse, ainda são possíveis de serem analisadas e talvez atendidas, reivindicações que são da população de Antônio Carlos.

Faz um ou dois anos que a Assembleia Legislativa de certa forma condecorou Antônio Carlos com o título de "Capital Catarinense das Hortaliças", mas de nada nos importa esse título se o governo do Estado não nos dá o reconhecimento em infraestrutura para que os nossos agricultores possam escoar a sua produção, para que os nossos empresários possam realizar o seu trabalho e a nossa população possa ter um trânsito seguro. Especialmente para que a comunidade de Santa Catarina tenha uma condição de vida segura, porque só quem vive ao lado de uma rodovia estadual sabe o que é o trânsito por 24 horas e aqui ainda mais, de caminhões extremamente pesados. Uma rodovia extremamente movimentada, que é a realidade que nós vivemos.

Então fica aqui a nossa indignação, compartilho da indignação de todos os que estão aqui. Não estamos aqui para servir de palhaços, porque já escutamos isso por várias vezes, eu já estive no gabinete do Governador na ocasião da assinatura da ordem de serviço e ele deixou claro que o prazo era de 365 dias mesmo. E agora eu lhe respondo à pergunta: quem falou dos seis meses foi o próprio responsável pela empresa que estava lá; ele disse que, quem sabe, em seis meses ele conseguiria entregar a obra. Então não é invenção, foi o próprio responsável pela empresa que disse isso naquela ocasião da assinatura da ordem de serviço.

Então o meu pedido, o meu encaminhamento seria ao Deinfra para que envie, tanto para a Câmara Municipal de Antônio Carlos quanto para a Prefeitura o projeto, porque essa revitalização - como muitos ainda não sabem - chega até a praça de Antônio Carlos, até em frente à Igreja.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

É, mas o que foi medido, por enquanto, foi até lá. Justamente por isso a questão do projeto, pois nós não sabemos o que vai acontecer, até onde vai. Uns dizem que é até a praça, outros dizem que até a Ponte do Rachadel. Se for até a Ponte do Rachadel, então não é apenas colocar uma camada de asfalto, pois tem locais com lajotas e vocês sabem que é preciso toda uma infraestrutura para que se coloque um asfalto por cima. Tem regiões que quando chove enche muito rápido, então é tudo uma questão de drenagem, diferente de simplesmente uma capa de pavimento asfáltico.

Essas são as minhas colocações. Mais uma vez peço o envio desse projeto para o Município de Antônio Carlos para que a gente possa fazer as nossas colocações e chegarmos a um coeficiente comum.

Muito obrigado e boa noite a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado pelas suas colocações, Vereador.

Passo a palavra ao senhor Arlison Nascimento, da Associação Empresarial de Antônio Carlos (Aciaç).

O SR. ARLISON NASCIMENTO - Boa noite. Eu quero, em nome da Associação Empresarial de Antônio Carlos, da nossa presidente Marluce Ventura, que não pôde estar presente, dizer o quanto já se lutou por essa melhoria na SC-407.

Há décadas a gente ouve falar sobre a importância disso, e eu nem preciso repetir o que todos já falaram, e já falamos de empresas, as quais eu, particularmente, estou representando, mas a gente não pode esquecer da nossa população, dos nossos estudantes, das pessoas que moram fora e vêm trabalhar em Antônio Carlos e as que moram em Antônio Carlos e vão trabalhar na região da Grande Florianópolis.

Um dos assuntos explanados pelo Deinfra, além dessa questão da importância, foi com relação à manutenção da rodovia, como nós pensamos em gastar milhões de reais agora se daqui a um ou dois anos a rodovia pode estar em um estado que nós nem vamos saber como, talvez com grandes problemas? Vamos passar mais trinta anos para poder solucionar novamente esse problema. Não! Precisamos, sim, de verbas e de recursos que possam manter essa rodovia com a segurança que todos nós precisamos e merecemos, porque um Município trabalhador como o de Antônio Carlos, uma população como a de Antônio Carlos não pode estar abandonada dessa forma.

Temos o nosso irmão, o Município de Biguaçu, assim como a Associação Empresarial de Biguaçu, participamos do mesmo sistema que a Federação, a Facisc há anos vem recebendo as nossas reivindicações e moções nas nossas plenárias, nos nossos encontros em nível estadual. Sei também que a Federação várias vezes já passou para o Governador essas moções, essas necessidades no sentido de dar atenção para a SC-407. Então peço que não deixe esquecida essa parte da manutenção da rodovia e esperamos, sim, que saia do papel.

Outra coisa que eu quero destacar aqui é que esses anos todos as Prefeituras e as Associações Empresariais vêm reivindicando essa melhoria, mas o apoio, a força da população, a gente está vendo o resultado agora. Parabéns a todos vocês que durante esse tempo todo participaram, foram às audiências, foram aos encontros. A população tem que estar presente, dia a dia, nessas ações.

Muito obrigado e boa sorte a todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado.

Passo a palavra ao senhor Elias Lima, da Comissão Pró-Revitalização da Rodovia SC-407, de Biguaçu.

O SR. ELIAS LIMA - Boa noite senhoras e senhores, componentes da mesa, membros da Comissão e população em geral, muito importante cobrar essa obra que já foi prometida há mais de dois anos.

Há algumas colocações que eu gostaria de deixar aqui, pois como o Emerson vem falando, como nós discutimos com o André, já fomos ao gabinete da Deputada Dirce e ao do Deputado Mário Marcondes falar sobre a importância que a nossa rodovia tem. Como é que vai ser feito? Nós não sabemos. Primeiro, eu vejo aqui grameiros, e

se perguntar para os idealizadores do projeto se eles sabem o tamanho de um trator, de uma colheitadeira, eles não vão saber; e se não souberem esses detalhes, será a mesma coisa que fazer buraco em água, pode até ser feito, mas tem que ter jeito.

Por que eu digo isso? Porque uma colheitadeira ultrapassa o tamanho de um carro. Já morreu gente atropelada por colheitadeira, por máquinas de empennamentos aqui nessa região, inclusive a nossa vizinha aqui da frente perdeu uma filha há pouco tempo por conta de não haver acostamento. E em função dessas preocupações, para nós se torna cada vez mais importante sabermos do projeto. Os Vereadores de Antônio Carlos estão de parabéns, pois na primeira reunião houve pouca representatividade de Biguaçu, mas vocês estão de parabéns.

Eu quero colocar a grande importância, e não adianta só o pessoal de Biguaçu pedir. Vocês têm todo o direito, porque os usuários somos nós, é o ir e vir, são os nossos impostos que estão postos nessas estradas. Se fossem colocados no mínimo 10% do que vai no DPVAT - e não adianta dizer que não tem dinheiro, porque nós pagamos impostos, e são muitos impostos que nós pagamos. Se tivesse 10% sendo colocado nessa região, o nosso asfalto seria de ouro, porque sai muito dinheiro daqui e vocês sabem a conta do nosso PIB, que é praticamente de 40%, 39,4%. Se vocês sabem fazer contas, podem colocar isso no papel, daria para fazer em cinco anos asfalto de ouro, com uma camada de praticamente 5 centímetros.

Mas vamos ser objetivos. Quero colocar o nosso entendimento e o nosso ponto de vista, como o Filipe falou. O Filipe tem todo o direito de saber o projeto, tem que saber o que está acontecendo. Por exemplo, a Copesa, que vai fazer essa revitalização, me deixou um pouco preocupado. Por que preocupado? Porque a rua Domingos Coelho, em Biguaçu, foi feita por essa empresa, foi licitada a obra ali no Complexo Trajano, 160 metros. Eu fui lá medir hoje, só para ver. Será que eu que estou ruim de conta ou eles que não sabem fazer? Cento e onze mil, quinhentos e poucos reais para fazer 160 metros de estrada. Vamos colocar: faltou calçamento, faltou - e eu tenho aqui, peguei hoje, pois a gente tem que saber, o projeto licitatório... Eles não cumpriram nem a metade, e se eles pensam que vão fazer a mesma coisa que fizeram lá, nós vamos cobrar, e a nossa Comissão não é de mentira, a nossa Comissão está aqui para cobrar, e se tiver um centímetro a menos, nós não vamos deixar quieto - inclusive hoje fui no Ministério Público, pois tem outras reclamações dessa empresa. Então deixamos bem claro que não seremos enganados.

Um abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado.

Passo a palavra à Vereadora Salette Orlandina Cardoso, do Município de Biguaçu.

A SRA. VEREADORA SALETTE ORLANDINA CARDOSO (Biguaçu/SC) - Queria desejar boa noite a todos, parabenizar o Deputado Mário Marcondes pela atitude, pela coragem e principalmente pelo respeito para com a nossa região.

Queria lembrar a todos que, obviamente, já tem uma Comissão há muito tempo, não é, Sandra, nossa presidente da Acebig, e nós, enquanto Vereadores - o Vereador Elcio nem Vereador era, era apenas suplente de Vereador e vinha há muitos anos lutando -, assim como o ex-Vereador André, estávamos na luta e fizemos parte daquela audiência pública, da qual o Deputado João Amin também participou, por sinal audiência pública muito bem-sucedida, acreditávamos até que tinha sido bem-sucedida, haja vista o engajamento de toda a população, dos Vereadores e dos dois Prefeitos.

Pois bem, um ano após o governo do Estado fez uma ordem de serviço, assinou, nós também estivemos no gabinete dele e acreditávamos que havíamos dado um passo importante e que estaríamos lutando por outra obra. Mas, infelizmente, até o momento a gente não vê, efetivamente, o concreto, vamos dizer assim. Ao que tudo indica, e o Vereador Filipe tocou num ponto muito crucial, o projeto também não chegou a Biguaçu. Para nós o projeto não existe ainda, de fato, pois nós não sabemos o que vai acontecer. É redundante a gente ficar aqui falando que queremos o acostamento, que é uma reivindicação mais do que necessária, o recapeamento, enfim, toda a revitalização da rodovia. Mas o que mais me chama a atenção é que sequer o projeto está em nossas mãos.

Foi feita uma licitação, são R\$ 7 milhões, mas como chegaram a esse cálculo? Eu, infelizmente, fiquei meio decepcionada, porque eu já acreditei, eu não sou mais Presidente da Câmara, mas até acreditava naquele dia 17 de novembro - em 29 de novembro foi aquela grande audiência e no dia 17 de novembro do ano seguinte, em 2016, foi feita a ordem de serviço. Eu acreditava até que já estava nas mãos da Comissão, nas mãos dos Prefeitos. É lamentável.

Eu até queria saber, se alguém pudesse me responder: baseado no que a gente está discutindo e o que a gente está discutindo. Parece que é mais um engodo, mas eu não quero crer que seja mais um engodo, até porque já se perderam muitas vidas. Acho que o governo do Estado não pode mais se dar a esse luxo, de nós estarmos correndo risco todos os dias, de a população produtiva da nossa região estar perdendo dinheiro todos os dias com os castigos

que lhes são dados através da destruição dos seus bens, dos seus automóveis e dos seus caminhões.

Então, por favor, Deputado, leve ao Governador o nosso pedido para que realmente venha o projeto a fim de que daqui em diante a gente possa realmente dizer se já está bom, se não está bom, o que foi feito e o que haveremos de pedir.

Queria informar o Deputado que ficarei mais alguns minutos, porque também quero ir a outra reunião. E aproveito para registrar, João Viane, que não é do meu conhecimento quem marcou essa reunião, e alguém poderia estancar e dizer que não dava, pois haveria também uma outra reunião de grande importância. Então não estou defendendo ninguém, apenas estou nos defendendo, porque gostaríamos de estar em duas.

Obrigado, boa noite e gostaria também de receber esse projeto, se possível. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado, Vereadora Salete.

Passo a palavra ao senhor Paulo Constantino Silveira, cidadão do Município de Biguaçu.

O SR. PAULO CONSTANTINO SILVEIRA - Excelentíssimo Deputados, nobres componentes da mesa, excelentíssima Vereadora, excelentíssimos Vereadores, excelentíssimas senhoras e excelentíssimos senhores, que não somos cidadãos comuns, como se diz, Cidadão comum, o que é isso? Até hoje eu não sei. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Eu pretendo que o meu recado seja curto e não necessariamente grosso, a menos que alguém assim entenda ou sinta. Se sempre faltou dinheiro no nosso país historicamente é porque sempre abundou a burocracia, que foi citada aqui no pior sentido, a má gestão, os desvios de toda ordem e a corrupção. Isso não é mero fato, é público e notório, está escancarado além das nossas fronteiras nacionais. Então, é chegado o momento das excelentíssimas cidadãs e dos excelentíssimos cidadãos da nossa região e do Brasil se organizarem - e estão se organizando - e assumirem os seus papéis e as suas responsabilidades na política participativa. Os políticos representativos estão aqui. Nós temos que desenvolver o conceito de política participativa que é legítima e legalmente assegurada pela nossa Constituição Federal inclusive.

Eu trago um convite a todos para na próxima terça-feira, dia 18 de julho, às 19h30min, no auditório da Univali/Biguaçu, bairro Universitário, assistir a palestra "Indignar-se é importante, atitude é fundamental", do senhor João Alfredo Freitas Gomes, diretor institucional do Observatório Social de São José, sobre informação, conscientização e sensibilização. O Observatório Social de São José é um dos muitos no Brasil, embora varie a denominação, que hoje é referência nacional e internacional depois de apresentado em uma reportagem da BBC Brasil. Esse auditório tem capacidade para 190 pessoas e todos serão bem-vindos.

Isso era o que eu queria falar, mas não posso deixar de aproveitar a oportunidade para enfatizar três ideias rapidamente. Uma, que a Comissão Pró-Revitalização não abra mão, através de uma representação - da qual eu me disponibilizo a integrar se me julgarem útil - de participar da elaboração do projeto porque tem muitos detalhes que podem fazer muita diferença e quem vive aqui, trabalha aqui, produz aqui tem muito a contribuir. Até porque depois de mal feito, corrigir é muito mais dispendioso. Duas, se for cabível, nobre Deputado, requerer junto à Alesc uma nota de repúdio ao que foi feito hoje, aqui, nesta região. Foi um desrespeito à população que aqui trabalha, que aqui produz. O nosso povo tem a boa fama de ser ordeiro e a má fama de ser passivo. Isso está mudando, é público e notório. Na imprensa certamente será feita uma nota de repúdio. E, a terceira, ficou clara aqui a ideia - a minha colocação não é nada pessoal -, de que o nosso sistema de multas, não é só aqui é no Brasil todo, antes de ser educativo, como preconiza a lei, é punitivo, que faz sentido, mas ao que parece é principalmente arrecadatório, o que caracteriza uma verdadeira indústria, no pior sentido.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Com a palavra o Vereador Vagner Borges da Costa, da Câmara Municipal de Antonio Carlos.

O SR. VEREADOR VAGNER BORGES DA COSTA (Antônio Carlos/SC) - Boa noite Deputado Mário Marcondes, cumprimentando o senhor cumprimento os demais membros da mesa.

Eu gostaria de deixar a minha colocação aqui. Na primeira audiência na Câmara de Vereadores de Biguaçu que participei, lá estive como cidadão, eu não era Vereador do Município de Antônio Carlos ainda. E estive, a convite, no gabinete do Governador, quando ele assinou o ato que deixou a todos felizes. E saímos - naquele momento eu já era Vereador no Município de Antônio Carlos - divulgando aos quatro cantos a obra, felicíssimos com a ordem de serviço da SC-407. Eu lembro, ouvi o Governador falando para o representante da empresa Construção Pesada Ltda. (Compesa), que ganhou a licitação, falou bem assim, palavras do Governador: O começo é imediato? O representante respondeu: Sim, o começo é imediato. Essas palavras marcaram muito. Então, nós saímos divulgando, e esse imediato já faz mais de oito meses.

Outra situação que aconteceu e que deixou muito feliz a população de Antônio Carlos - fui um dos divulgadores dessa situação nas redes sociais - foi que o Governador também perguntou para o representante da Compesa: Essa obra atende ao pedido do Prefeito de Antônio Carlos de a obra ir até a ponte de acesso à localidade de Rachadel? E a resposta foi: Sim, está no projeto, vai até a ponte do Rachadel, inclusive substituiremos a lajota que lá se encontra em uma parte e colocaremos asfalto em toda a via. Eu estava presente e quem estava lá também escutou isso e, até o momento, não vimos nenhum projeto.

Hoje, pela manhã, saí da minha casa e encontrei o pessoal da Compesa e do Deinfra marcando a estrada e a marcação parou nos 15 quilômetros, bem ao lado da nossa Câmara de Vereadores. A pergunta foi: Mas não vai até a ponte? E a resposta: Não, são 15 quilômetros, está aqui e é até aqui na marca, o serviço vai até aqui. Eu disse: Mas como, eu estava lá e o Governador falou que ia até a ponte do Rachadel e agora é até aqui? Tens o projeto? E a resposta: Não, não sei o que. Então, nós não sabemos realmente até onde vai essa obra. E isso nos deixa muito preocupados. O Governador vai cumprir com a sua palavra quando falou que ia até a ponte de acesso à comunidade do Rachadel? É importantíssimo para nós, Município de Antônio Carlos, que atenda até a entrada do Rachadel.

Falou-se muito da rodovia em relação ao transporte, e com certeza, não tenho dúvidas nenhuma que é de suma importância para o traslado dos caminhões, para a retirada do produto - eu fui gestor da Coca-Cola por mais de 10 anos; não tenho dúvidas nenhuma quanto a isso. E quando falam que na época em que a rodovia foi feita, foi mal dimensionada, eu discordo, porque uma rodovia com mais de 30 anos de uso, com poucas melhorias e nenhuma manutenção preventiva, com bitrens, como o senhor falou, trafegando por ela desde 1990, há mais de 15 anos que estão rodando por ali, agora que ela estragou, de um ano ou dois anos para cá. Então, ela foi muito bem construída.

Eu espero que a revitalização seja da mesma qualidade que foi feita essa estrada, para aguentar mais 30 anos. Não é como essas estradas que a gente vê por aí com uma lasquinha de asfalto que duram cinco anos no máximo.

Para finalizar, eu gostaria muito, porque temos que trabalhar, temos que desenvolver, temos que gerar riquezas para o nosso Estado e para os nossos Municípios? Temos, mas temos também que pensar na saúde e no lazer da população. Hoje Antônio Carlos é uma cidade turística. Muitos da Grande Florianópolis vão de bicicleta até Antônio Carlos para conhecer a nossa cidade, para conhecer as belezas que tem lá. Eu não tenho coragem de pegar uma bicicleta e ir daqui até Antônio Carlos, disputando espaço com caminhões. Eu peço que não foquemos somente nos veículos, são importantes, não tenho dúvida nenhuma, mas o lazer, o bem-estar das pessoas que aqui trabalham durante a semana e querem pegar... e isso vai refletir lá na saúde, porque a pessoa que faz um esporte, que pratica um esporte fica menos doente. Eu gostaria que tivesse um acesso para que o pessoal que queira conhecer Antônio Carlos, Biguaçu, tenha como ir de bicicleta, porque é muita gente que pedala na SC-407. Que fosse dada uma atenção para esse pessoal também.

Muito obrigado, Presidente, e um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado, Vereador Vagner.

Com a palavra o senhor Vinícius Rosa, morador de Biguaçu.

O SR. VINÍCIUS ROSA - Boa noite a todos. Eu tentarei ser o mais breve possível. A minha pergunta é referente às licitações dessa empresa. Como uma empresa com tantos problemas no passado, com obras faltando ou não terminadas, participa de uma licitação e ganha? Além disso, os custos estão no Portal da Transparência? Já foi divulgada como vai ser esta obra? Houve participação de especialistas? Porque, como mencionado, não é uma BR; por ali vai passar colheitadeira que tem o diâmetro um pouco maior que os caminhões. Eu queria saber se houve um estudo especializado, se houve uma pesquisa junto à população sobre a elaboração deste projeto e quanto ele vai custar. Muito se fala desse projeto, mas eu não vi, não sei como vai acontecer. É curioso. A Lei da Transparência está aí e gostaria de saber quando vai ser cumprida. Já faz oito meses!

É só isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado, Vinícius.

No final, todos os questionamentos serão respondidos.

Para finalizar, concedo a palavra ao senhor Felipe Raitz, da Comissão Pró-Revitalização da SC-407 e representante dos grameiros e hortifrutíferos de Biguaçu.

O SR. FELIPE RAITZ - Boa noite pessoal, boa noite a todos que compõem a mesa também.

Em duas oportunidades, eu representei os grameiros e hortifrutíferos de Biguaçu e Antônio Carlos e estive também na manifestação. Eu não sou nada mais do que um membro da Comissão, mas sou fruto desta terra, como muita gente, e como a gente não sabe nada sobre esse projeto - e talvez não tenha como saber - sabemos o que estamos reivindicando. O Elson acabou de falar que não vai ter nem acostamento, não sabemos se isso é verdade, mas se tiver

acostamento, queria complementar o que o Elias falou. Eu tenho colheitadeira e tráfego com ela com uma roda em cima da faixa amarela e outra em cima da faixa branca. Fazer um acostamentozinho, como tem em Antônio Carlos, me desculpem os Vereadores de Antônio Carlos, não é suficiente para nós, não supre o que pedimos. Nós pedimos uma obra ampla que atenda a todas as necessidades de todos os usuários. Inclusive, como aquele senhor falou, não recordo o nome, com alargamento de curva e tudo mais. O que precisamos é de uma obra que supra todas as nossas necessidades.

Nós temos aqui dois Municípios, Biguaçu e Antônio Carlos, e daqui saem 40% do PIB de toda Grande Florianópolis, então, daqui sai muito dinheiro e daria para construir uma estrada nova, como essa, todo o ano. Todo mundo sabe disso.

Eu queria agradecer aos Vereadores que estiveram conosco, ajudando a nossa Comissão, toda vida fazendo frente, principalmente os de Antônio Carlos. Desculpem-me os Vereadores de Biguaçu, daqui posso até fazer inimigos, mas dizer que sessão na Câmara é desculpa para não estar aqui presente, ainda mais gente da nossa terra?! Isso não é desculpa para ninguém. Vereadores de Antônio Carlos saíram da sessão e vieram para cá, inclusive em dias de apresentação de projeto, como, por exemplo, o Felipe, não sei se está aqui ainda, que apresentou projeto.

(Manifestação ininteligível da plenária.)

Ah, o Salmir esteve um dia, agradeço aos que estiveram. Eu não estou querendo agredir ninguém. Eu só estou querendo deixar a minha indignação com aqueles que não foram e com aqueles que não estiveram presentes, mas, no momento em que está a imprensa, que tem uma audiência pública, na frente de Deputados, tem Vereadores que vêm aqui querendo botar a cara de bonitinho para sair no jornal. Pô, isso não se faz! Vem com a gente. Isso aqui não devia estar partindo do povo. Isso aqui devia estar partindo de vocês. O povo está aqui. *(Palmas.)*

Bom, não tenho mais nada a falar, só quero agradecer. Muito obrigado pela palavra e uma boa-noite a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Muito obrigado, Felipe.

Pergunto aos componentes da mesa se alguém deseja fazer algum tipo de proposição ou encaminhamento. *(Pausa.)*

Com a palavra o senhor Elson João da Silva, Vereador de Biguaçu.

O SR. VEREADOR ELSON JOÃO DA SILVA (Biguaçu/SC) - Só para terminar, aproveitando que o representante do Deinfra ainda vai fazer alguma explanação e que ele abriu a possibilidade de fazer algumas readequações no projeto. Eu, como falei anteriormente, espero que o projeto não venha a contemplar apenas os veículos automotores. Hoje a SC-407 é uma via urbana, a projeção imobiliária de crescimento dessa região é infinitamente promissora, e se houvesse a possibilidade de viabilizar algumas situações técnicas, alguns equipamentos urbanos viários, evidentemente que possibilitem a mobilidade das pessoas - não penso que o projeto venha a pensar só nos veículos automotores -, que contemple também as pessoas que diariamente se mobilizam para os seus afazeres e que precisam se deslocar de bicicleta, ou a pé. Por exemplo, o pessoal da estrada geral de Santa Cruz se desloca praticamente, aqueles que não têm veículos, a pé, aqui da Petrobrás até a Unidade Básica de Saúde de Santa Catarina, dividindo o espaço entre o mato, os *guard rails* e os veículos sem o mínimo de afastamento para se deslocar, colocando em risco as suas vidas.

Outra situação que está se discutindo muito e seria importante que já saíssemos daqui, Deputado Mário Marcondes, com esta situação previamente definida, é que o representante do Deinfra possa estipular uma data para que neste mesmo local - e agradeço a Alice por disponibilizar este espaço - apresentasse na íntegra o projeto para todos, para todas as entidades, para a classe política e empresarial, e, principalmente, para toda a comunidade que se faz presente aqui. Assim estaremos ajudando nesse processo, de repente, com alguma readequação para que o projeto do Deinfra possa contemplar, minimamente, já que não é o que esperávamos, os transeuntes e os veículos automotores.

E para terminar, eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu passo semanalmente pela Lagoa da Conceição e vejo a manutenção de roçada, que é feita em outras SCs também. No morro da Lagoa da Conceição foi feita recentemente. São feitas roçadas e limpeza de calhas. Eu pergunto: isso é uma constante? No Alto Biguaçu e na SC-407 todas as roçadas são feitas, mas não são feitas as limpezas das calhas. Se você observar ao longo da SC-407 todas as calhas estão entupidas. Você não consegue mais definir o que é calha de escoamento de água pluvial, o que é via e o que é mato. Isso é falta de fiscalização. O projeto contempla a roçada e a limpeza de calha ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - O.k. Mais alguém da mesa deseja se manifestar? *(Pausa.)*

Com a palavra a senhora Sandra Orlandina Molinaro

A SRA. SANDRA ORLANDINA MOLINARO - Bem, agradecer mais uma vez estarmos aqui e termos esta oportunidade.

Eu acho que ficam duas coisas bem claras. Para sermos bem objetivos, como ninguém sabe e ninguém viu o projeto, eu acho que cabe já sairmos daqui com uma data marcada, agendada com o Deinfra, para neste local, com a comunidade ou com uma comissão eclética de moradores, que vai dizer as necessidades, e também com uma comissão de pessoas mais técnicas, apresentar esse projeto. E outra data para uma reunião, não sei se pode ser no mesmo dia, acredito que não, com a Arteris. Isso é muito importante para podermos saber o real impacto.

Eu acho que a partir daí podemos começar a conversar e ver o que se vai fazer, porque poderemos cometer o pecado de ter um trabalho refeito depois. Então, precaução e caldo de galinha não faz mal para ninguém.

Boa-noite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Com a palavra a senhora Ivonete Weber.

A SRA. IVONETE WEBER - Eu quero fazer uma última pergunta. A nossa ordem de serviço foi estabelecida no dia 17 de novembro de 2016, prazo de entrega 12 meses. Foi falado aqui que já estamos tendo algum movimento devido a nossa mobilização. Qual é a data que podemos contar a partir desses 360 dias? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - O.k. Com a palavra o senhor Emerson Schappo. *(O senhor Emerson Schappo responde fora do microfone: Era essa a minha pergunta.) [Refere-se à pergunta feita pela senhora Ivonete Weber.]*

Passo a palavra ao representante do Deinfra e, depois, vamos fazer alguns encaminhamentos para que constem da ata, e, além desses encaminhamentos, vamos fazer, através da Comissão, do Deputado João Amin, a expedição dos ofícios para os órgãos envolvidos; dependendo de algumas colocações relatadas aqui, se for o caso, modificamos algumas delas.

Com a palavra o senhor Cláudio Scherem Garcia.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - Bom, vamos tentar esclarecer essas dúvidas levantadas para depois passarmos a palavra ao Deputado Mário e fazermos os encaminhamentos necessários.

Eu acho que foi muito falado e ficou um consenso de que falta conhecimento do projeto. Eu, particularmente, desconhecia esse fato. O projeto, quando é feita a licitação da obra, é divulgado junto com o edital, ou seja, ele é um documento público. Aqui já respondo à pergunta do nosso amigo, a obra é cadastrada no Sicop **(Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas)** do governo do Estado, ou seja, ali, simultaneamente, você consegue ver a empresa contratada, o valor contratado, etc., etc. Eu acho que o acesso à informação existe.

O projeto é feito - a Vereadora que já se ausentou disse que não sabia como o projeto era feito, como se chegava a esse valor -, existem técnicas dentro da engenharia para que se calcule isso. Logicamente, a gente não faz um projeto simplesmente olhando a rua e achando que vai dar o valor x, nós temos tabelas, procedimentos etc., que são seguidos pelo Deinfra para elaborar um projeto e, aí sim, chegar a um orçamento, o orçamento terá a aprovação do grupo gestor do governo, que é o valor, e, aí sim fazer a licitação. E quando é feita a licitação...

Informar a vocês que o projeto é um documento público, assim como o edital de licitação, como o processo licitatório. Todos vocês têm acesso a ele através de um requerimento simples no Deinfra. *[Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]* E eu desconheço qualquer negativa do Deinfra em fornecer essas informações. Mas como eu vejo aqui que é consenso, vou pedir para encaminhar esse projeto à Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, à Câmara de Vereadores de Biguaçu e às respectivas Prefeituras.

Em relação a termos uma data efetiva para agendar uma reunião, eu não sei se posso confirmar uma data agora, porque daí eu vou querer demandar quem elaborou o projeto, o nosso diretor de Projetos, a área técnica, para esclarecerem todas as dúvidas. Nós teríamos que ver posteriormente quando é possível essa agenda.

Quero justificar a ausência do presidente. Não é por conta de ser uma... Nós sabíamos que teria cobrança, estávamos cientes disso, e faz parte sermos cobrados, exatamente porque o governo não conseguiu cumprir com aquilo que foi demandado em novembro, mas o presidente não veio porque ele tinha uma agenda de governo em Lages. Só para deixar claro. Eu falo aqui em nome dele, tudo o que está sendo demandado para o Deinfra vai ser repassado para ele. O Deputado Mário Marcondes por vezes está lá no Deinfra fazendo cobrança também...

(O senhor João Viane manifesta-se fora do microfone: "Deve ser coincidência.")

É coincidência. O presidente está em Lages com o Governador, não teria porque não vir aqui. Da mesma forma que vocês estão me cobrando, cobraríamos dele, tenho certeza disso.

Em relação à fiscalização de balanças, etc., cabe destacar aqui que a fiscalização das rodovias fica a cargo da Polícia Militar Rodoviária Estadual, o Deinfra não emite multas, não faz operações de fiscalização, inclusive o Deinfra repassa recurso para a Polícia poder fazer isso, e nós estamos novamente com uma escassez de recursos muito grande. Eu discordo quando o nosso colega aqui fala que a

indústria da multa é uma indústria de arrecadação. Não é, porque nós não temos recursos suficientes para aplicar recurso de multa em sinalização, em conserva, em roçado, etc. Mas, enfim, é uma opinião que foi formada ao longo do tempo, a gente pode divergir, mas eu quero deixar claro que de tudo o que é arrecadado em multa, 90% são revertidos para a Polícia Militar Rodoviária e com os 10% restantes o Deinfra paga todas as despesas de sistema de emissão de multa, de resposta para recursos de multa, etc., sobrando realmente muito pouco para reinvestir. Eu acho que esse ponto aí já ficou bem claro, não é?

Quanto ao acesso ao projeto, a gente já chegou ao consenso de que vai ser apresentado também.

Em relação a prazos que a empresa falou para vocês, aí eu também não concordo, porque o prazo contratual que a gente pode exigir é de 360 dias; a empresa efetivamente também não começou a obra até hoje ou até semana passada por falta de recurso, e quando o funcionário do Deinfra falou que não era falta de recurso, era burocracia, é porque essa obra não havia sido incluída no programa Pacto por Santa Catarina. Esse recurso do Pacto já está no Estado, é um financiamento via Banco do Brasil, via BNDES, via BID, que são bancos nacionais e internacionais, e nós lutamos para conseguir incluir e achar espaço para essa obra dentro do Pacto, porque se dependesse de recursos do Tesouro, de arrecadação do Estado, realmente não teríamos previsão de recurso para iniciar a obra.

Não estou querendo dizer que o Deinfra fez um esforço sobre-humano não, o Deinfra fez a obrigação, que foi tentar contemplar uma necessidade que é a manutenção e a recuperação das rodovias.

Pegando esse ponto ainda, em relação à manutenção, o senhor Arlison dirigiu a fala para o Deputado e o representante da Fiesc também falou, mas é aquilo que a gente disse no começo. Recebemos a notícia de que está partindo de um Deputado a iniciativa de remeter ao Deinfra 10% da arrecadação do IPVA que é direito do Estado. Se esse valor fosse revertido no ano de 2016, corresponderia a praticamente R\$ 74 milhões para a manutenção de rodovias e talvez não precisássemos estar fazendo uma revitalização, porque uma restauração é sempre mais cara do que a manutenção, e aí entra a questão que o Elcio perguntou a respeito da roçada e da retirada do material da calha ou da canaleta.

A roçada, por determinação, por decreto, vem sendo feita pelas ADRs. O Deinfra tem feito também alguma coisa disso, mas parte é feita pelas ADRs. Em alguns locais de fato acontece, a gente já constatou isso, e temos tentado diminuir, até exterminar isso, porque uma calha entupida veda a drenagem da chuva ou de qualquer acúmulo de líquido e isso realmente prejudica muito o pavimento. Isso é fato. Então a obra aqui contempla a drenagem também, isso vai ser tudo revisto, está aqui no objeto do edital a pavimentação, a terraplenagem, a drenagem, enfim, está tudo explicado, isso também está contemplado no projeto.

Quanto aos acostamentos, não vai ser o ideal como se queria, com uma ciclovias exclusiva, com separação, etc.. De fato não existe, é preciso deixar claro. Isso demandaria desapropriações, demandaria um custo enorme que realmente inviabilizaria a obra. Mas vai haver uma melhora, sim, de acostamento, hoje já foi constatado que existem alguns trechos da rodovia com desnivelamento de acostamento e pista, ou seja, o acostamento está um pouco mais alto do que a pista, e isso também está contemplado para ser arrumado na execução da obra. Isso vai ser revisto.

Deixe-me ver se ficou mais algum... Sim, e o ponto final é qual o dia efetivo da inauguração da obra.

(O senhor Emerson Schappo e a senhora Ivonete Weber manifestam-se fora do microfone: "O início".)

O pessoal está fazendo a demarcação e esse levantamento que aconteceu... Enfim, a rodovia está apresentando alguma coisa a mais a ser feita, até pela demora no início, pois nós tivemos um período de chuva em maio, junho, mas eu acredito que nos próximos quinze dias as máquinas já estarão fazendo o serviço de fresagem, que é a retirada da capa e a recolocação da capa. Eu acredito nisso. A partir desse momento teremos os 360 dias de conclusão da obra, e aí vamos cobrar da empresa que trabalhe dentro do cronograma aprovado. Eu tenho certeza que todos vocês vão fazer essa cobrança também, inclusive o Deputado aqui, que constantemente está lá no Deinfra e não vai esquecer desta audiência, mesmo porque também vai ser cobrado pela população.

Eu queria mais uma vez agradecer a disponibilidade de todos, eu espero ter esclarecido senão todas, mas a maioria das dúvidas. Talvez alguém ainda fique com algum questionamento, mas o Deinfra é um órgão público e todos têm acesso a ele.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

A obra tem um contrato previsto de R\$ 6.945.920,15. Esse é o custo da obra, o valor licitado - eu não sei dizer qual foi o valor de referência, ou seja, o valor que o Deinfra previu, eu não sei dizer agora, porque daí entra o desconto das empresas no processo licitatório. Lembrando agora sobre a participação da empresa e ela ser a vencedora no processo, o Deinfra faz a licitação conforme a Lei 8.666/93. Então, se a empresa se enquadrar em todas as diretrizes, não é o Deinfra que vai dizer que ela não pode concorrer ou

ganhar a obra. Ela cumpriu todas as exigências do edital, apresentou toda a documentação exigida pela lei e o Deinfra não tem como escolher a empresa a ou b. Infelizmente para o senhor (*dirige-se a um dos participantes na plenária*) foi essa empresa que ganhou, e eu não posso falar que a empresa é boa ou ruim, não cabe a mim falar isso, o que cabe ao Deinfra é tentar, tentar, não, fiscalizar a empresa e vamos fazer o máximo para entregar essa obra dentro do prazo.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Em relação à ponte do Rachadel eu não tenho o projeto em mãos aqui, já passei por aqui diversas vezes, mas não sei onde efetivamente termina o estaqueamento da obra. O que prevê são 15 quilômetros, aí nós vamos ter que pegar o projeto junto com vocês, como já foi colocado, e ver onde é o estaqueamento marco zero e o estaqueamento final marco de 15 quilômetros. Não sei se a parte do Rachadel ainda consta no Plano Rodoviário Estadual, seria importante ver isso, porque se essa parte já não estiver mais no Plano Rodoviário Estadual, o Deinfra não pode fazer intervenção.

(O senhor Vagner Borges da Costa manifesta-se fora do microfone: "O que foi levantado foi a palavra do Governador... 15 quilômetros até a ponte... Que seria da ponte para cá.")

Eu entendo, entendo. De lá para cá.

Eu não participei desse ato lá no gabinete do Governador, mas eu sei que foi um ato importante para a comunidade, eu recebi relato disso. Sobre essa fala do Governador eu também não tinha conhecimento, será levada adiante, mas eu quero deixar aqui colocado de antemão que o projeto prevê 15 quilômetros. Eu desconheço qual é o estaqueamento inicial, eu não sei dizer no trecho da rodovia onde ele começa e onde ele termina, mas nada impede os Vereadores, a população, de pleitear a continuidade do projeto para fazer a pavimentação desse trecho.

Eu acho que isso que está sendo feito aqui hoje... Logicamente a gente continuou trabalhando antes disso, e foi muito bom poder ter vindo aqui hoje com essa definição e a inclusão dentro do Pacto para trazer para vocês. Logicamente também demorou muito para isso acontecer...

(O senhor Vagner Borges da Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não, não há aditivos. Ela terá direito a reajuste contratual, porque daí está previsto em lei.

(O senhor Vagner Borges da Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Sim, sim. O reajuste, quando...

(O senhor Vagner Borges da Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não. Quando nós começamos a fazer o pleito lá no Pacto, e a gente elaborou uma planilha de inclusão, por conta desse atraso já pedi que fosse previsto o reajuste, porque o reajuste é anual, aniversário do contrato. Perfeito? Então eu já pedi que fosse previsto isso.

O SR. VAGNER BORGES DA COSTA - Digo isso porque o que a gente vê muito seguidamente acontecer é de a obra estagnar, parar, pelo fato de a empresa, por vários motivos, pedir um aditivo, e aí acaba a obra meio que parando.

Então o senhor afirma que por esse motivo não aconteceria.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - O reajuste está previsto.

O SR. VAGNER BORGES DA COSTA - O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado.

Agora, passamos a palavra à senhora Shirlene Elixara Silvano.

A SRA. SHIRLENE ELINARA SILVANO - Moço do Deinfra, a gente queria que o senhor desse mais ou menos para nós uma data, estipulasse uma data que o senhor viria explicar isso para nós, tipo trazer o projeto, trazer as pessoas adequadas para a reunião, porque a gente está sendo enrolado há muito tempo, e já estamos desacreditados disso.

Eu participei de três reuniões no Deinfra, e numa das vezes, dona Sandra, nós estávamos juntas e foi o presidente que falou conosco. Então, quer dizer, ele falou e até agora não fez, em quem a gente vai acreditar?

A gente queria de ti um posicionamento de quando, aproximadamente, tu vais dar esse retorno para nós e quando vai trazer esse pessoal.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - O projeto é um arquivo em PDF e temos que ver o seu tamanho. Se conseguirmos enviar por e-mail, acredito que amanhã ou depois de amanhã a gente já envie para vocês, por e-mail, que podem encaminhar a quem vocês acham que têm conhecimento para analisar o projeto. É um documento técnico e, por isso, é interessante que alguém que tenha conhecimento na área de engenharia analise. Aí vocês levantam essas questões e a gente encaminha uma reunião para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado, engenheiro Cláudio, do Deinfra.

Com a palavra a senhora Ivonete Weber.

A SRA. IVONETE WEBER - A minha pergunta vai em complementação ao questionamento da Shirlene, porque foi citado que as Câmaras de Vereadores de Biguaçu e de Antônio Carlos teriam acesso a esse projeto.

Então a gente também quer que a comunidade, através dessa Comissão que fez toda essa mobilização, também tenha acesso. Quando for marcada essa explanação para as Câmaras de Vereadores, a gente também queria ser comunicada.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - Perfeito. É o núcleo mais interessado. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Essa questão eu já tinha anotado também, Ivonete.

Eu queria colocar algumas observações que fiz como encaminhamentos, apesar de que depois vamos pegar a ata, que é na íntegra, e através das colocações elencar esses encaminhamentos. Mas como forma de finalização desta audiência pública, gostaria de citar alguns deles: solicitar ao governo do Estado de Santa Catarina recursos do Orçamento do Estado para o Deinfra para a manutenção de rodovias; criar um fundo estadual para conservação de rodovias em Santa Catarina - isso já está tramitando na Assembleia e certamente vamos tentar acelerar essa tramitação; retornar as atribuições de manutenção das rodovias ao Deinfra, não sendo mais das Agências Regionais, consequentemente alterar o Orçamento; rediscutir os projetos com a comunidade, considerando os raios das curvas, as construções e a ampliação de marginais, as sinalizações e o tamanho, em função do uso de máquinas agrícolas na região; notificar a Autopista Litoral e a Arterial para que compareçam ao Deinfra para estabelecer procedimentos sobre a movimentação de cargas referente ao anel viário dessa rodovia - até porque vai influenciar diretamente no trabalho do dia a dia, já que interrupção de obra e tal pode, lá na frente, ocasionar o atraso da obra; notificar e multar quando constatado o sobrepeso de veículos - isso faremos através de ofício a ser encaminhado à Polícia Rodoviária Estadual, por ser de sua competência.

Solicitaremos também ao governo do Estado de Santa Catarina a instalação de balança de pesagem daquele sistema móvel, ou seja, não precisa construir uma praça de balança de pesagem.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - Em relação à colocação das balanças móveis, é importante salientar - nós temos esse número, mas eu não sei dizer hoje para vocês, só que o Deinfra é um órgão que tem muitos dados em relação à infraestrutura rodoviária - que temos que nos atentar para um decreto que existe em relação a essa questão. Às vezes o Deinfra fica um pouco engessado em relação a isso, mas é importante a gente trabalhar essa questão no governo, Deputado, para que se consiga instalar as balanças móveis, porque elas dão... Eu não sei dizer qual o impeditivo legal em relação a isso, mas a balança móvel é muito mais dinâmica e dá muito mais possibilidade de trabalharmos em diversas áreas e em diversos pontos. Desculpe a interrupção, Deputado, mas era só essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Eu queria colocar para ti e para os demais presentes, que a Universidade Federal de Santa Catarina desenvolveu um belo projeto de balança móvel com tecnologia alemã, tomando por base balança de precisão. Ou seja, coloca na rodovia, passa... inclusive esteve em teste naquela praça de pedágio desativada da SC-401, que vai para o norte da Ilha. Então vamos tentar restabelecer isso com o governo do Estado. Nós já fizemos essa reivindicação agora, quando também discutimos a revitalização e a manutenção da Serra do Rio do Rastro - é a mesma situação, peso numa obra construída com fonte diferenciada.

Outro ponto de encaminhamento: que o Deinfra encaminhe às Câmaras de Vereadores e às Prefeituras envolvidas, Biguaçu e Antônio Carlos, bem como à Comissão, o projeto em questão - é preciso, efetivamente, que tenha alguém que consiga discutir o projeto com conhecimento técnico, porque não dá para irmos lá sem sabermos o que está riscado e depois dizermos que não foi aquilo que viu lá. É preciso que sejamos proativos nas coisas e tenhamos resultado. Nós faremos os encaminhamentos e depois vamos ver uma data com o Deinfra para quando estiver pronto, vamos dizer assim, com os técnicos, com uma boa apresentação, etc., entrarmos em contato com a Comissão para reunir todo mundo e ecoar para toda a sociedade.

Outro encaminhamento é readequar na Alesc a nota de repúdio que foi solicitada, tendo em vista a realização hoje, por parte da Autopista Litoral e da Arterial, de reunião no mesmo horário; contemplar... acho que o engenheiro aqui já colocou a situação do custo da obra, mas quem sabe a gente possa buscar no Deinfra que essa obra ocorra em duas etapas, que a gente já possa iniciar um estudo, principalmente vinculado às ciclovias. E, por fim, encaminhar ofício à Polícia Rodoviária Federal a respeito da situação de peso da rodovia.

Alguém gostaria de fazer mais alguma complementação?

O SR. VINÍCIUS ROSA - A minha pergunta vai para o Deinfra. Em Goiás fazendeiros se reuniram e construíram 33 quilômetros de estrada em função da demora de o Estado tomar alguma atitude - eles investiram alguns milhões.

Então, engenheiro, eu gostaria de saber se em Santa Catarina existe algum projeto através do qual a iniciativa privada poderia juntar fundos e realizar a mesma ação numa estrada gerenciada pelo Estado. Como seria possível a participação da iniciativa privada, que só com o tanto que perde de produção em função da situação da estrada pagaria a melhoria na estrada? Gostaria de saber como funciona esse tipo de coisa.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - Em relação às Parceiras Público-Privadas, vem sendo discutida uma lei para tratar disso, o Deputado talvez tenha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Foi aprovada agora na Assembleia, faz sessenta dias.

O SR. CLÁUDIO SCHEREM GARCIA - Há sessenta dias. Eu vou dar dois exemplos curtos aqui para não me estender. Na construção da nova ponte da Barra da Lagoa também existia um problema de recursos, mas a comunidade se reuniu através da Acif, a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, e conseguiu aportar parte dos recursos, viabilizando a obra. Esse é um meio, através de um... acho que é um termo de cooperação, eu não sei qual o nome técnico agora, mas é viável.

O Estado também tinha há um tempo uma lei que permitia o abatimento direto de ICMS para pagamento de obras públicas. Algumas grandes empresas aqui no Estado foram beneficiadas com isso e a gente ainda tem algumas obras em andamento, mas o Tribunal de Contas acabou questionando alguns aspectos dessa lei e ela não está mais em vigor - a gente só vem tocando obras que já existiam antes da sua revogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mário Marcondes) - Obrigado.

Fazendo o nosso encerramento, eu gostaria de agradecer a presença de todos vocês, autoridades, comunidade em geral, representante do Deinfra, especialmente, Deputados, Lícia e Beto pela cedência deste espaço Estância Biguaçu (*palmas*), representantes dos nossos Municípios, dos Vereadores, muito obrigado pela atenção, pelo respeito, pelo carinho. Eu tenho certeza que muitas coisas foram esclarecidas e muitos encaminhamentos foram dados aqui, que certamente trarão resultados positivos. Esperamos que num tempo o mais breve possível as obras se iniciem e acabem e que nós consigamos contemplar os anseios da sociedade com as possibilidades do governo do Estado. E isso só é possível graças à presença de todos, ao envolvimento da comunidade, da classe política, da representação política da Grande Florianópolis, sem sombra de dúvida, e queremos que o governo do Estado de Santa Catarina continue trazendo para a sociedade o debate, porque assim vamos conseguir vencer as etapas e as adversidades que vivenciamos todos os dias, e nós, na Assembleia Legislativa, sabemos bem quantos batem na nossa porta no gabinete todos os dias.

Uma boa-noite a todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] [Leiturista: Almerinda Lemos Thomé] [Leiturista Final: Ilka Maria Fretta]

**DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MARCONDES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

RERRATIFICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO - CONCORRÊNCIA 002/2017

A Comissão Permanente de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica o resultado de julgamento de Recurso Administrativo referente à licitação cujo objeto é a contratação de serviços continuados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra na área de apoio administrativo e atividades auxiliares, compostos por: pessoal administrativo; recepcionista; assistente de saúde; técnico de enfermagem; fisioterapeuta; operador de equipamentos gráficos; técnico em arte de criação gráfica; ascensorista; auxiliar de apoio pedagógico e; intérprete de libras.

Após analisado o Recurso Administrativo e as Contrarrazões das empresas envolvidas a Autoridade Administrativa da ALESC decidiu por **HABILITAR** as seguintes empresas:

Licitante
Ondrepsb - Limpeza e Serviços Especiais Ltda.
Orbenk Administração e Serviços Ltda.
Restou INABILITADA a seguinte empresa:
Licitante
Conservo Serviços Gerais Ltda.

Transcorrido o prazo esculpido no art. 109, I, da Lei 8.666/93, as empresas serão convocadas para a abertura das propostas. Florianópolis/SC, 20 de setembro de 2017.

Antônio Henrique C. Bulcão Vianna
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

*** X X X ***

LEI**LEI Nº 17.260, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017**

Acresce o art. 36-A e os §§ 6º e 7º ao art. 40 da Lei nº 14.675, de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 54, § 3º e § 7º da Constituição do Estado, promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica acrescido o art. 36-A e os §§ 6º e 7º ao art. 40 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 36-A. Os prazos previstos nos artigos desta Seção, inerentes a expedição das diversas modalidades de licenciamento, deverão ser, obrigatoriamente, cumpridos, sob pena de paralisação da emissão de novas licenças, na unidade licenciadora do órgão ambiental.

§ 1º A paralisação não será aplicada:

a) por interesse do Estado, devidamente fundamentado;

b) aos pedidos de renovação e prorrogação de licenças ambientais prorrogadas por força de dispositivo normativo ou ato do órgão ambiental licenciador;

c) aos pedidos de licenciamento pendentes de apresentação de documentos ou esclarecimentos pelo proponente.

§ 2º Os pedidos de prorrogação, renovação de licenças e autorizações tempestivos ficarão prorrogados, automaticamente, até a manifestação conclusiva do órgão licenciador referente ao pedido.

§ 3º Em caso de pedidos intempestivos, a prorrogação automática cessará se o órgão licenciador manifestar óbice preliminar a esta prorrogação, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4º O órgão licenciador deve emitir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação, certidão atestando a prorrogação automática de licença ou autorização ambiental.

§ 5º Em caso de descumprimento do prazo máximo permitido para emissão de licença ou manifestação do órgão ambiental, o solicitante informará por escrito o descumprimento do prazo.

§ 6º No primeiro dia útil, após a comunicação, o órgão ambiental ficará impedido de emitir qualquer licenciamento novo, enquanto não for finalizado aquele que se encontra em aberto e com prazo vencido, conforme comunicação por escrito.

§ 7º Serão publicados no sítio eletrônico do órgão licenciador todos os pedidos de licença e autorização ambiental e respectiva tramitação processual visando permitir o controle dos pedidos com prazos vencidos de apreciação e a ordem cronológica dos requerimentos.

§ 8º Devidamente fundamentado, o Presidente do órgão licenciador estadual poderá definir a tramitação prioritária de um determinado projeto sob licenciamento.

Art. 40.

§ 6º Os prazos de validade das licenças e autorizações ambientais serão interrompidos em razão de fato que impeça a continuidade do processo de licenciamento ambiental, tais como decisão judicial, acatamento de recomendação do Ministério Público pelo órgão licenciador, negativa de anuência ou autorização de órgão interveniente no processo de licenciamento, entre outros.

§ 7º O pedido de renovação ou prorrogação de licença dentro do prazo legal ensejará a emissão automática de uma certidão de prorrogação da licença por meio do sítio eletrônico do órgão ambiental licenciador." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 215/17**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 892

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e à deliberação de Vossa Excelência, que

"Acresce os §§ 3º e 4º ao art. 13 da intermunicipal de passageiros e dá outras providências", acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

Florianópolis, 19 de setembro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/09/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos 005/2017

Florianópolis, 24 de Agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Processo: DETER/2016

Excelentíssimo Governador,

Assunto: **Projeto de Medida Provisória para acrescentar os §§ 3º e 4º ao artigo 13 da Lei 5.684, de 9 de maio de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros**

Cumprimentando-o cordialmente, submeto à apreciação de vossa senhoria proposta de edição de medida provisória para restaurar texto suprimido de dois parágrafos do artigo 13 da Lei 5.684/1980.

A redação final do Projeto de Lei 358/2015, convertido na Lei 6059/2017, majorou o valor das multas aplicadas pelo Departamento de Transportes e Terminais (DETER). Entretanto, esta majoração se deu por meio da alteração os §§ 1º e 2º e a supressão dos §§ 3º e 4º do artigo 13 da Lei 5.684/1980. A redação atual do artigo é a seguinte:

Art. 13.

§ 1º Os valores das multas terão por base a Unidade Fiscal de Referência (UFIR), instituída pela Lei federal nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, ou outra equivalente que venha a substituí-la, e obedecerão o escalonamento gradual estabelecido em decreto do Poder Executivo, nos limites mínimo e máximo de trinta UFIR's e de seiscentas e oitenta UFIR's respectivamente, nos casos de infrações primárias.

§ 2º Os valores das multas, no caso de reincidência no período de um ano, poderão atingir até o dobro do limite máximo fixado no parágrafo anterior."

§3º As infrações passíveis de serem cometidas pelas empresas transportadoras, assim como as respectivas penalidades, serão discriminadas através de Decreto do Poder Executivo.

§4º A transportadora terá o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento da multa que lhe for aplicada, contados da data da Notificação do Auto de Infração.

O texto da redação final modifica o artigo da seguinte forma:

Art. 1º O art. 13 da Lei n. 5.684, de 9 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

§ 1º Os valores das multas obedecerão o escalonamento gradual estabelecido em decreto do Poder Executivo, nos limites, reajustáveis em cada exercício pelo índice IGP-M/FGV, mínimo e máximo de R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) respectivamente.

§ 2º A empresa transportadora terá o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento da multa que lhe for aplicada, contados da data da Notificação do Auto de Infração, observado o contraditório e a ampla defesa" (NR)

Observa-se que o novo texto do §2º é quase idêntico ao texto do antigo §4º. Sendo assim a nova redação, ao reduzir o número de parágrafos, efetivamente suprimiu o texto original dos §§ 2º e 3º.

Tais parágrafos tinham efeitos importantes, especialmente o §3º, que indicava: "As infrações passíveis de serem cometidas pelas empresas transportadoras, assim como as respectivas penalidades, serão discriminadas através de Decreto do Poder Executivo." Este parágrafo é a autorização legislativa para que o Governador possa definir a tipificação das multas através de Decreto, o que atualmente vigora no Decreto Estadual 12.601/1980 e que normatiza o sistema. Sem a expressa autorização, levanta-se a questão de legalidade do respectivo Decreto para tipificar condutas passíveis de penalidade, o que prejudicará a atividade fiscalizatória exercida pelo DETER na dosimetria das infrações.

Já o §2º, em seu texto original, estabelecia regra de penalização por reincidência de infrações, incrementando o valor das multas. A manutenção de tal regramento também é de interesse da administração, pois é ferramenta importante para aprimorar o caráter coercitivo das penalidades.

A edição da Medida Provisória, prevista no artigo 51 da Constituição Estadual, tem como objetivo evitar a revogação da base legal que suporta a tipificação das infrações administrativas através do Decreto 12.601/1980. O caráter relevante e emergencial se evidencia pelo fato de que as modificações removem do DETER a capacidade de realizar sua atividade-fim de fiscalização em sua plenitude.

Objetiva também evitar a perda do dispositivo que prevê penalidades mais severas em casos de reincidência, que também afeta o poder coercitivo das atividades fiscalizatórias do órgão e atingi a isonomia dos operadores que operam corretamente.

Recomenda-se que a tramitação deste Projeto de Medida Provisória seja executada pelo regime de urgência, em função do risco de perda de eficácia fiscalizatória das atividades do Departamento de Transportes e Terminais.

Sendo assim, Senhor Governador, esperamos que este projeto receba a devida atenção e encaminhamento de Vossa Excelência, antecipadamente expressamos agradecimento ao acolhimento da solicitação formulada, renovando e apresentando nosso respeito e consideração.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO CARDOSO

Secretário de Estado da Infraestrutura

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Acresce os §§ 3º e 4º ao art. 13 da Lei nº 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 3º Os valores das multas, no caso de reincidência no período de 1 (um) ano, poderão atingir até o dobro do limite máximo fixado no § 1º deste artigo.

§ 4º As infrações passíveis de serem cometidas pelas empresas transportadoras, assim como as respectivas penalidades, serão discriminadas por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de setembro de 2017.

João Raimundo Colombo

Governador do Estado

*** X X X ***

PORTARIA

PORTARIA Nº 1715, de 21 de setembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **DULCINEA MOREIRA**, matrícula nº 2028, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Estágios Especiais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MIRIAN LOPES PEREIRA, matrícula nº 3547, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 4 de setembro de 2017 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de cargo em comissão, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI PL./0361.1/2017

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para dar nova denominação à Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Araquari.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Rodrigo Minotto
Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 20/09/17

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

....
....	ARAQUARI	LEI ORIGINAL Nº
19	Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Araquari	13.705, de 2006
....

“(NR)

JUSTIFICATIVA

Em razão da mudança de denominação da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Araquari para Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Araquari, tal como demonstrado nos autos, cabe a este Colegiado apresentar o presente Projeto de Lei, com o fim de promover a referida alteração.

Deputado Rodrigo Minotto

Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0362.2/2017

Dispõe sobre a identidade visual que caracteriza o atendimento prioritário ao idoso.

Art. 1º Os estabelecimentos e espaços públicos e privados que disponibilizam atendimento prioritário devem utilizar nas placas de sinalização esse tipo de atendimento o pictograma “60+”, para indicar o atendimento prioritário ao idoso, conforme Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. O pictograma substituirá qualquer outro eventualmente utilizado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

Lido no Expediente

Sessão de 20/09/17

ANEXO ÚNICO



JUSTIFICATIVA

Atualmente, é muito comum a utilização do pictograma do homem curvo e de bengala na identificação do atendimento prioritário ao idoso, com a sinalização de vagas reservadas.

A imagem utilizada reflete outros tempos, nos quais o idoso era uma pessoa senil; nos dias de hoje, o idoso vive mais, está mais saudável, produtivo e mais ativo na sociedade.

Dessa forma, esse projeto segue uma tendência mundial de desmistificar essa imagem, estabelecendo a utilização de um novo pictograma que caracterize o idoso contemporâneo, adotando o símbolo "60+" em substituição aos atualmente utilizados em bancos, estacionamentos, supermercados, ônibus e órgãos públicos.

Entendo que a visão da sociedade sobre os idosos deve mudar e, ao fazer com que uma simples identidade visual deixe de ser tão depreciativa para os cidadãos, podemos evitar situações constrangedoras e opiniões preconceituosas. Para isso, peço o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 0363.3/2017

Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho em agências de emprego e de vagas nas escolas da Rede Pública Estadual para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e seus filhos, e adota outras providências.

Art. 1º As agências de emprego públicas e privadas devem reservar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das vagas de trabalho mantidas em seu cadastro às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e a seus filhos.

Art. 2º A Rede Pública Estadual de Ensino deve:

I - garantir a matrícula ou a transferência das mulheres estudantes vítimas de violência doméstica e a seus filhos; e

II - capacitar funcionários para o atendimento humanizado às mulheres estudantes vítimas de violência doméstica ou familiar e a seus filhos.

Art. 3º O direito à reserva de vaga de que trata esta Lei dar-se-á mediante a apresentação de Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher ou Delegacia da Polícia Civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

Lido no Expediente

Sessão de 20/09/17

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei surge com a pretensão de criar um mecanismo que contribua para libertar as mulheres vítimas de violência da submissão de seu agressor, colaborando para que, de algum modo, elas reestrem suas vidas e as de seus filhos.

Nesse sentido, a reserva de vagas de empregos às mulheres vítimas de violência doméstica, bem como a garantia de transferência de matrículas para mulheres estudantes, e de seus filhos em toda a rede pública de educação (ensino infantil, educação básica e ensino superior), permitirá que possam ingressar ou retornar ao mercado de trabalho, obtendo, assim, a independência financeira.

Em sendo um problema mundial, a violência doméstica atinge 2 milhões de mulheres no Brasil a cada ano. Segundo importante publicação do Instituto Avon (2017), o machismo e o alcoolismo são as principais causas de violência doméstica contra a mulher. A pesquisa identificou que o homem ainda se sente "dono" da mulher, tendo sobre ela posse, o que é um ilógismo. No entanto, infelizmente, esse é um comportamento entranhado em nossa população.

Importante, portanto, refletir sobre o que faz a mulher permanecer em uma relação desequilibrada e abusiva? A falta de condições econômicas está diretamente associada à preocupação com a criação dos filhos e, apesar de uma significativa parcela das mulheres agredidas terem alguma fonte de renda, elas têm medo de não conseguirem dar conta de cuidar dos filhos sozinhas, principalmente quando têm de deixar a moradia.

Muitas dessas mulheres não sabem para onde ir com os filhos e como arcar com todas as despesas, já que os agressores ameaçam não ajudá-las e os processos litigiosos costumam demorar. Muitos dos agressores são autônomos, o que também gera insegurança nas mulheres, que não têm como comprovar a renda dos ex-companheiros.

Relatos publicados na 4ª Conferência Nacional das Mulheres (Brasil, 2017), realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, apontam que, para as mulheres vítimas de violência, o medo, nas suas mais diversas expressões, é o que mais as paralisa: medo de serem mortas pelos companheiros, medo de assumirem sozinhas os filhos e privá-los do atendimento de necessidades básicas, medo de exposição e escândalo. Tudo isso fica mais complexo para as mulheres de baixa renda e pouca escolaridade.

A agressão doméstica é crime que deve ser denunciado. A partir da Lei Maria da Penha (Lei 11340/06) ferramentas de utilidade pública, como o Disque 180, já funcionam em nosso Estado, mas a assistência precisar ir além. O Estado precisa garantir que as mulheres violentadas tenham oportunidade de um recomeço.

Sendo assim, essa proposta de lei busca a regulamentação da reserva de vagas de trabalho para mulheres vítimas de violência doméstica, por meio do SINE e das agências de emprego privadas. Tal reserva estará condicionada à apresentação da cópia do Boletim de Ocorrência expedido pela Delegacia Civil e, de preferência, na cidade que existir, na Delegacia Especializada em Defesa dos Direitos da Mulher.

Já a reserva de vagas em estabelecimentos de ensino e a facilitação de transferência para mulheres e/ou seus filhos serão operacionalizadas pela Secretaria de Estado da Educação, bem como pela reitoria de instituições estaduais de ensino superior, também mediante a comprovação do Boletim de Ocorrência.

Também se faz necessária a sensibilização dos servidores das agências de emprego, bem como da Secretaria da Educação, por meio de formação continuada para o atendimento humanizado e discreto a essas mulheres vítimas de violência, tendo em vista as graves consequências da violência doméstica.

Essas medidas estão em consonância com as propostas elaboradas na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, entre 10 e 12 de maio de 2016.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 0364.4/2017

Dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais Domésticos.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais Domésticos, estabelece normas para a proteção dos animais domésticos no Estado de Santa Catarina, compatibilizando os aspectos relacionados às políticas públicas, ao desenvolvimento socioeconômico, à saúde pública e o meio ambiente, e adota outras providências.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se animais domésticos as espécies que possuem características apropriadas para a convivência com os seres humanos e que, com o passar do tempo, se acostumaram a viver em casas, apartamentos ou outros ambientes domésticos.

Art. 2º É vedado:

I - provocar condições que coloquem risco a integridade física e psíquica dos animais domésticos;

II - privar animais domésticos de suas necessidades básicas;

III - abandonar animais domésticos;

IV - criar animais domésticos em locais desprovidos das condições necessários ao seu pleno desenvolvimento; e

V - expor animais domésticos para qualquer finalidade em quaisquer eventos não autorizados previamente pelo órgão estadual competente.

Art. 3º A ação ou omissão que implique maus-tratos aos animais domésticos, sujeitará, sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, aos infratores desta Lei, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão dos animais, instrumentos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados no momento da infração; e

IV - interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

Parágrafo único. As penalidades serão aumentadas de um sexto a um terço, se ocorrer morte do animal.

Art. 4º As infrações aos dispositivos da presente Lei classificam-se em:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II - graves, aquelas onde for verificada uma circunstância agravante; e

III - gravíssimas, aquelas em que forem verificadas duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 5º A advertência será formalizada pelo agente fiscalizador em infrações consideradas leves.

Art. 6º A pena de multa será aplicada em infrações consideradas graves e gravíssimas e nos seguintes valores pecuniários:

I - infrações graves, de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 1.001,00 (um mil e um reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 1º Haverá acréscimo por exemplar excedente no valor de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais) por unidade;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade de espécie constante da lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da Convenção para o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES; e

III - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por unidade de espécie constante da lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da Convenção para o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES.

§ 2º Incorre nas mesmas multas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 3º as multas serão reajustadas, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 7º São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a patente incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III - quando o infrator, por espontânea vontade e imediatamente, procurar reparar ou minorar os danos à saúde e ao bem-estar do animal ocorridos em consequência do ato lesivo que lhe foi imputado;

IV - ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir, para a prática do ato; e

V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 8º São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - o infrator coagir ou incitar outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração conseqüências calamitosas à população, à saúde e ao bem-estar animal;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo aos animais e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo; e

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé.

Art. 9º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos ao Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA), com destinação exclusiva às ações previstas nesta Lei.

Art. 10. Fica criada a Diretoria Especial de Proteção dos Direitos dos Animais Domésticos (DEPDAD), vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Parágrafo único. À DEPDAD compete:

I - definir de forma clara as medidas a serem tomadas pelo Poder Público estadual no que diz respeito ao bem-estar dos animais domésticos;

II - continuar a promover as normas elevadas neste domínio;

III - reforçar a coordenação de recursos;

IV - incentivar a investigação e promover soluções alternativas à experiência com animais domésticos;

V - garantir a coerência e coordenação do conjunto das políticas do Estado de Santa Catarina em prol do bem-estar dos animais domésticos;

VI - promover a criação de indicadores de bem-estar animal doméstico;

VII - coordenar o controle das populações de animais domésticos nas ruas, a prevenção e o controle de zoonoses; e

VIII - promover a proteção jurídica dos animais domésticos no ordenamento jurídico catarinense à luz da Constituição Federal, art. 225, inciso VII, para conjugar, inclusive, os aspectos morais para com os animais, tratando-os e reconhecendo-os como seres sencientes, sujeitos de direito.

Art. 11. Os assuntos e a fiscalização das ações concernentes à proteção dos animais domésticos regidos por esta Lei competem à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Parágrafo único. A execução da fiscalização das ações concernentes à proteção aos animais domésticos poderá ser delegada a órgãos públicos ou vinculados à administração estadual, bem como ser firmado convênio com entidades privadas para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Natalino Lázare

Lido no Expediente
Sessão de 20/09/17

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa promover a proteção e o bem-estar dos animais domésticos, no Estado de Santa Catarina, compatibilizando os aspectos relacionados às políticas públicas, ao desenvolvimento socioeconômico, à saúde pública e o meio ambiente.

A tutela jurídica dos animais não humanos está expressa, fundamentalmente, no art. 225 da Constituição Federal, parágrafo 1º,

inciso VII. Nesse artigo, encontramos a primazia da proteção do meio ambiente, em nosso ordenamento jurídico, e também, a proteção dos animais domésticos, por si só, como um dos valores edificantes do Estado de Direito.

Assim a proteção dos animais não humanos, *in casu*, os domésticos, são caracterizados como sujeitos dotados de personalidade jurídica, para a prática de seus direitos básicos em Juízo, a destacar o mais importante entre eles, o direito a vida.

Nessa perspectiva, o direito à proteção da vida, do bem-estar animal, constitui-se ao mesmo tempo, direito e dever fundamental do homem.

Uma das problemáticas mais acentuadas, no atual contexto, em relação aos animais domésticos, sobretudo no ambiente urbano, é o abandono de animais domésticos, em especial, de cães e gatos, uma responsabilidade que muitos abandonam ao trazer para sua convivência e companhia. Esquecem-se, os homens, que assumiram obrigações morais para com eles, e, que merecem viver com dignidade.

A guarda responsável pressupõe respeito aos vínculos afetivos estabelecidos entre um animal e o homem, portanto, deve ser entendida como um dever, e assim o sendo, esse dever implica compreender na plenitude o compromisso moral e, antes de tudo, que o bem-estar animal é um direito universal, mesmo *status* de direito fundamental atribuído à proteção ambiental.

A violência contra animais domésticos é algo recorrente, praticada por pessoas que ignoram a dignidade animal, como ser que sente angústia, sofre, sobretudo em face dos vínculos afetivos decorrentes de sua guarda e convívio familiar em que se encontra inserido.

No meio urbano, tal problemática aflora, especialmente em face do abandono dos animais domésticos, abandono que resulta da irresponsabilidade e insensibilidade do homem.

É nesse contexto, que temos o dever de intervir, que devemos nos manifestar em sua defesa, pois assim, dividiremos os direitos básicos: o direito à vida e à integridade, de todos os seres e do meio ambiente em que vivemos.

Diante do exposto, entendemos que esta seja uma medida de grande alcance ambiental e social e, por este motivo, pedimos apoio aos ilustres Pares para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Deputado Natalino Lázare

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0076.0/2017
O Projeto de Lei nº 0076.0/2017 passa a ter a seguinte redação:
"PROJETO DE LEI Nº 0076.0/2017

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro - Faunamiga, de Capinzal.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro - Faunamiga, com sede no Município de Capinzal.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão

Deputado Dirceu Dresch

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Sessão de 20/09/2017

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 076/2017

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro - Faunamiga, de Capinzal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro - Faunamiga, com sede no Município de Capinzal.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 164/2017

Autoriza a doação de imóvel no Município de Guarujá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Guarujá do Sul o imóvel com área de 8.052,00 m² (oito mil e cinquenta e dois metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os nºs 4.378, 4.379, 4.380, 4.381, 4.586 e 4.587 no Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira e cadastrado sob o nº 3605 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade o desenvolvimento de atividades da educação infantil e do ensino fundamental por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0170.7/2017

O Projeto de Lei nº 0170.7/2017 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI Nº 0170.7/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU), do Município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU), com sede do Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Sessão de 20/09/17

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 170/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU), do Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU), com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 204/2016

Dispõe sobre a criação de seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil para atendimento de ocorrências envolvendo animais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria de Estado da Segurança Pública deve criar seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil, denominada Delegacia Eletrônica de Proteção Animal de Santa Catarina (DEPASC), para apresentação de notícia de ato ou fato tipificado como infração penal envolvendo animais.

Parágrafo único. A DEPASC contará com *links* nos portais eletrônicos das Polícias Civil e Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Na apresentação da notícia do ato ou fato de que trata esta Lei, o noticiante deve fornecer seus dados pessoais, facultada a opção pelo sigilo.

Parágrafo único. A notícia deve ser circunstanciada e conter:

I - a data do ato ou fato e a hora aproximada;

II - o endereço, contendo o nome da rua, número, município, ponto de referência do local do ato ou fato tipificado como crime;

III - o nome ou apelido do responsável pelo ato ou fato tipificado como crime;

IV - a especificação do animal;

V - um breve relato dos fatos denunciados;

VI - dispositivo para anexar fotos ou vídeos; e

VII - o endereço da página da internet, caso o próprio autor do crime faça a divulgação do ato ou fato por tal mídia.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Segurança Pública comunicará ao noticiante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o registro da ocorrência e, quando for o caso, indicará a Delegacia de Polícia que promoverá a apuração do fato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 223/2017

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Profª Rosa Maria Berezoski Demarchi, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Profª Rosa Maria Berezoski Demarchi, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 254/2017

Dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Santa Catarina para o Município de Itaiópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Capital do Estado de Santa Catarina será transferida, simbolicamente, para o Município de Itaiópolis, no dia 28 de outubro de 2018, data em que se comemora o Centenário de emancipação daquele Município.

Parágrafo único. As solenidades e atos oficiais do Poder Executivo estadual realizados na data de que trata o *caput* deste artigo deverão resgatar a história do Município, com destaque à colonização, etnias, contendas e cultura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 279/2017

Declara de utilidade pública a São Bento Associação de Tênis de Mesa (SBATM), de São Bento do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a São Bento Associação de Tênis de Mesa (SBATM), com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 299/2017

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que "Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses", para denominar o Município de Videira a Capital Catarinense da Uva e do Espumante.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.722, de 8 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 8 de outubro de 2015)

"ANEXO ÚNICO

ATRIBUI ADJETIVAÇÃO

.....
Videira	Capital Catarinense da Uva e do Espumante	12.476, de 2002
.....

”(NR)

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 332/2017

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para dar nova denominação ao Projeto Espaço Alternativo, de Fraiburgo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
	FRAIBURGO	LEI ORIGINAL Nº
.....
25	PEAL - Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais	14.805, de 2009
.....

”(NR)

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 345/2017

Revoga a outorga da Medalha Anita Gabribaldi concedida ao Senhor Geddel Vieira Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a outorga da Medalha Anita Gabribaldi concedida ao Senhor Geddel Vieira Lima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de setembro de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***